



2006

RELATÓRIO & CONTAS

Toyota Caetano Portugal, S.A.



ÍNDICE



#4
CORPOS SOCIAIS

#6
RELATÓRIO E CONTAS
INDIVIDUAL

#7
INDICADORES
PRINCIPAIS

#9
RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

#31
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

#51
RELATÓRIOS
DE AUDITORIA

#55
RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADO

#56
INDICADORES
PRINCIPAIS
CONSOLIDADOS

#58
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

#59
RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

#66
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

#98
RELATÓRIOS
DE AUDITORIA

#101
ÁRVORE DO GRUPO

#102
INFORMAÇÃO GERAL



CORPOS
SOCIAIS



MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE

Manuel de Oliveira Marques

VICE-PRESIDENTE

José Jorge Abreu Fernandes Soares

1º SECRETÁRIO

Manuel da Silva Reis

2º SECRETÁRIO

António Carneiro Ribeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Salvador Fernandes Caetano

VICE-PRESIDENTE

José Reis da Silva Ramos

VOGAIS

Tetsuo Agata

Yoshimasa Ishii

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Ana Maria Martins Caetano

FISCAL ÚNICO

Jorge Manuel Araújo de Beja Neves
em representação de
Deloitte & Associados, Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, SA.

SUPLENTE

Hirooki Fujiwara – Suplente

SUPLENTE

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro



RELATÓRIO & CONTAS INDIVIDUAL

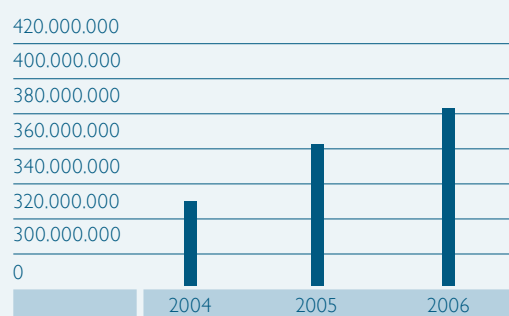


INDICADORES PRINCIPAIS

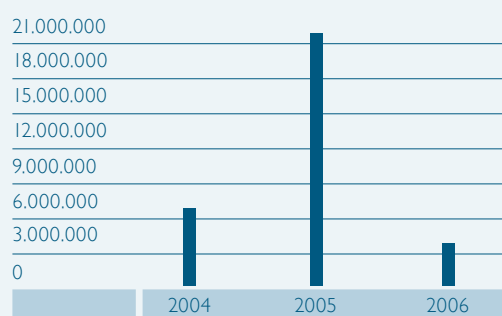
	(Euros)		
	2006	2005	2004
Vendas	382.660.904	363.451.350	332.487.677
Cash-flow bruto	17.308.007	17.086.824	17.034.630
Resultado líquido	7.801.782	7.133.354	5.743.556
Encargos financeiros líquidos	4.499.316	2.933.614	4.075.054
Custos com o pessoal	21.501.694	20.638.013	22.187.283
Investimento líquido	3.605.668	21.142.156	6.957.169
Fundo de maneo bruto	17.043.256	26.047.641	32.278.961
Vab	50.462.279	46.213.599	48.255.703
Unidades vendidas	22.018	20.744	18.364
Volume de emprego	813	818	900



VENDAS



INVESTIMENTO LÍQUIDO





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Quando em Junho de 2006 celebrávamos o 35º aniversário da entrada em laboração da nossa Fábrica de Ovar não pude deixar de relembrar as enormes dificuldades e angustias que naquele final dos anos sessenta tive que enfrentar para concretizar o objectivo que então tínhamos traçado: criar uma fábrica de montagem automóvel com a maior capacidade de produção em Portugal.

Vivia-se naquela altura, no nosso País, com um quadro legislativo que condicionava fortemente a criação de novas indústrias, e foi, na verdade, necessário muito empenho, tenacidade e também muita esperança, para ver realizado aquele sonho de que tanto nos orgulhamos.

Esse sentimento de esperança mantém-se nos dias de hoje, e tudo temos continuado a fazer para contribuir para a criação de riqueza em Portugal, onde tudo tem sido tão difícil ao longo dos últimos anos.

No nosso núcleo de empresas, cujo relato financeiro mais uma vez tenho o privilégio de trazer ao Vosso conhecimento, temos conseguido crescer de forma consistente, permitindo-me salientar o excelente desempenho da TOYOTA, que com um crescimento de 7% num mercado que voltou a cair em 5%, também aqui demonstra porque é líder mundial no sector automóvel.

Porque sempre quisemos estar entre os melhores em tudo quanto nos envolvemos, tem sido para nós muito gratificante ter, ao longo de quase 40 anos a TOYOTA MOTOR CORPORATION não só como parceira de negócio mas também de capital. E o seu desejo de envolvimento cada vez mais focalizado no seu produto em Portugal, assim como a sua estratégia de crescimento na Europa, são para nós motivo de grande satisfação e, porque não dizê-lo, também de orgulho.

Salvador Fernandes Caetano
Presidente



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em tudo na vida há um princípio e um fim.

Salvador Caetano – IMVT, SA. foi o nome adoptado em 1966 para a continuação das actividades até então desenvolvidas pela Martins & Caetano.

Hoje, passados 40 anos estamos a redigir o último Relatório de Gestão em nome da Salvador Caetano – IMVT, SA.
A partir do próximo exercício surgirá a Toyota Caetano Portugal.

Como as Pessoas as Empresas também precisam periodicamente de redefinir objectivos e prioridades. Foi esse repensar de estratégias que justificou a dedicação exclusiva da nossa Empresa aos negócios Toyota. Só assim poderíamos estar suficientemente concentrados para levar a marca que representamos ao patamar de relevo que ela indubitavelmente deseja e merece.

Cabe então agora à “nova” Toyota Caetano Portugal iniciar um ciclo que todos confiamos seja de expansão, nunca renegando no entanto as suas origens que remontam a 1946, pois as Empresas como as pessoas fazem-se essencialmente da acumulação das suas vivências e atitudes.

Estamos certos que a Toyota Caetano Portugal continuará a preservar os valores que fizeram da Salvador Caetano – IMVT, SA. uma entidade de referência no panorama Empresarial Português.

ACTIVIDADE INDUSTRIAL

DIVISÃO FABRIL DE OVAR

Na Produção da DFO e no produto Toyota verificou-se um decréscimo de 2,3%, tendo o modelo Hiace registado uma diminuição de 28% e a Dyna de 10,8% relativamente ao período homólogo.

A produção Óptimo registou um decréscimo de 11% relativamente a 2005 sendo no mercado de exportação que se registou a maior queda.

PRODUÇÃO	2006	2005	2004	2003	2002	2001
Unidades Físicas Toyota	3.831	3.920	3.050	2.395	3.635	4.068
Nº Unidades Homogeneizadas	7.669	8.742	7.582	6.298	9.666	10.208
Unidades Físicas Optimo	132	148	134	133	197	213
Unidades Transformadas	6.865	6.726	5.628	3.568	3.537	2.623
Total Colaboradores	325	321	325	336	379	389

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado Qualidade, Ambiente e Segurança destaca-se durante este ano a auditoria de renovação ISO 9001 e acompanhamento ISO 14001, a obtenção da Licença Ambiental e a identificação de perigos e avaliação de riscos em todas as áreas produtivas.

De realçar ainda que a Divisão Fabril de Ovar, prossegue com a sua preocupação social ao receber estagiários das mais diversas instituições, bem como ao ministrar em parceria com o IEFP dois cursos de formação profissional para jovens (Pintura e Bate chapas).

Celebrou os seus 35 anos ao mais alto nível, com a presença de diversas individualidades, onde se destacaram o Primeiro-ministro José Sócrates e o Chairman da Toyota Iroshi Okuda.



DIVISÃO INDUSTRIAL CARREGADO

A actividade industrial do Pólo do Carregado foi caracterizada pela manutenção dos principais indicadores de gestão, que vinham registando melhorias significativas desde 2003, isto apesar do significativo investimento efectuado na nova área de pintura por KTL – cataforese.

No corrente ano, foram implementadas todas as alterações necessárias para dotar todas as linhas de pintura dos mais recentes e eficientes processos de tratamento químico, indo de encontro às mais exigentes normas ambientais a nível Europeu. Assim, em finais de 2006 e por antecipação, iniciámos o cumprimento de toda a exigente legislação nesta área de tratamento químico e de pintura. De realçar que ao nível do tratamento por Silanos, fomos pioneiros a nível europeu, estando as nossas linhas referenciadas nos O.E.M.'s – Original Equipment Manufacturer, como um exemplo de boas práticas.

PINTURAS AUTO

Esta actividade vem reforçando cada vez mais a sua predominância, no pólo industrial do Carregado, por força da nova linha de KTL, que arrancou no passado mês de Abril.

Esta linha foi dotada de processos e equipamentos para a pintura de peças para a VW e BMW.

Dadas as características daquela linha, e ao acabamento final que proporciona, outros O.E.M.'s, vieram a certifi-la e recomendá-la para futuras parcerias, estando neste momento, vários projectos em apreciação.

Ao nível da pintura a pó e pintura líquida, de referir que a Toyota transferiu, no final do ano, o projecto das bagageiras do modelo Avensis para as nossas linhas de produção. Este projecto era anteriormente pintado noutro país da UE.

PROTECÇÃO DE AÇO E BETÃO E PAVIMENTOS INDUSTRIAIS

O mercado tem privilegiado a Salvador Caetano, nas obras de grande exigência, onde o conhecimento, capacidade técnica e meios ao dispor, tem sido um factor potenciador ao longo dos anos.

A necessidade do mercado, em conseguir parceiros de qualidade e idoneidade reconhecida, bem como a estratégia de comunicação seguida pela empresa, tem registado um crescimento significativo ao nível da facturação e resultados, mas também ao nível de captação de novos clientes, diminuindo a sua dependência e conseguindo uma importante quota de mercado.

Destacam-se as obras no sector do Ambiente, que é a grande oportunidade do mercado actual, e futuro, nomeadamente em obras ligadas à Indústria da Água como sejam Depósitos, E.T.A.'s e E.T.A.R.'s, com revestimentos industriais muito específicos, onde se tem conseguido uma forte implantação.

A reparação e protecção de estruturas de betão tem-se destacado em obras de referência, nomeadamente em Pontes e Viadutos Rodoviários.

Os pavimentos industriais continuam a registar um forte crescimento, alcançando um nível de sustentabilidade adequado, mas ainda com um amplo espaço a percorrer, nomeadamente na Indústria Alimentar de elevada exigência técnica.

ACTIVIDADE COMERCIAL

MERCADO TOTAL

MERCADO	2006	2005	Desvios 2006 vs 2005	
			Quant.	%
			Qty.	
Veic. Ligeiros Passageiros	194.703	206.488	-11.785	-5,7%
Veic. Comerciais Ligeiros	64.486	66.638	-2.152	-3,2%
Veic. Comerciais Pesados	5.985	5.344	641	12,0%
Total	265.174	278.470	-13.296	-4,8%

Fonte: ACAP (Matrículas)



O Mercado automóvel no ano de 2006 alcançou as 265.174 unidades, apresentando um decréscimo bastante acentuado face a 2005 (-4,8%), atingindo, o seu valor mais baixo desde 1990.

O mercado continua a ser impulsionado pelas campanhas Promocionais e de incentivos agressivas, desencadeadas pelas diversas marcas. Contudo estas campanhas não foram suficientes para contrariar o decréscimo do mercado global.

Estes valores evidenciam a fraca situação económica vivida no nosso País durante 2006, verificando-se uma ténue aceleração do crescimento da nossa economia sustentado, em grande medida, pelas exportações (+9,3% face a 2005) maioritariamente para a Europa Ocidental. Por outro lado o consumo público continua a decrescer (-0,2% face a 2005) resultante das políticas restritivas de combate ao deficit encetadas pelo Governo.

A subida do preço do petróleo para níveis historicamente elevados e a manutenção de um crescimento moderado nos países da área do euro continuam a ser especialmente penalizadoras para a economia portuguesa.

Os indicadores finais de 2006, divulgados pelo último Relatório do Banco de Portugal referente ao comportamento da economia Portuguesa descrevem bem esta situação, com o crescimento do Produto Interno Bruto a quedar-se pelos 1,2%.

Perante estes resultados, Portugal desviou-se uma vez mais da convergência face à União Europeia, tendo crescido a taxas inferiores à média europeia pelo 5º ano consecutivo.

Todo este enquadramento macroeconómico não tem sido benéfico ao mercado automóvel português que foi o que apresentou um maior decréscimo, em termos de matrículas de veículos passageiros novos, em 2006 na União Europeia dos 25.

MATRÍCULAS DE VEÍCULOS PASSAGEIROS

	2006	2005	Varição
EU25	15.364.997	15.254.593	0,7%
Portugal	194.703	206.488	-5,7%

Fonte: ACEA

VIATURAS TOYOTA

TOYOTA	2006	2005	2006 vs 2005	
			Unidades	%
Veic. Ligeiros Passageiros	12.210	10.708	1.502	14,0%
Veic. Comerciais Ligeiros	4.102	4.472	-370	-8,3%
Veic. Comerciais Pesados	283	352	-69	-19,6%
Total	16.595	15.532	1.063	6,8%

Fonte: ACAP (Matrículas)

Não obstante o panorama nada positivo da Economia Portuguesa e corroborado pelo comportamento negativo evidenciado pelo Mercado Automóvel, a Toyota viu as suas vendas crescerem cerca de 7,0% face a 2005, sendo mesmo a marca que mais cresceu quando comparada com as suas principais concorrentes, atenuando o fosso que a separa das 5 marcas mais vendidas em Portugal.

Este comportamento deveu-se em grande medida ao acréscimo de vendas conferido pelo novo modelo Aygo (a Toyota com este modelo passou a competir desde Outubro de 2005 num segmento onde não se encontrava representada, o crescente segmento A), pela Nova Geração Yaris (que viu as suas vendas crescer 74,2% face a 2005 após a sua introdução em Novembro de 2005) e a Nova Geração Hilux (viu a sua quota passar de 14,8% para 18,3% dentro do segmento das Pick-Up crescendo cerca de 59,9% face a 2005).

Para além destes lançamentos é importante referir a boa aceitação dos novos motores diesel que a Toyota tem vindo a lançar, bem como o seu constante alargamento ao longo das Gamas comercializadas.

Relativamente às viaturas comerciais produzidas na fábrica de Ovar, prevê-se que, com o lançamento no final do ano passado da Nova Hiace e das novas motorizações na Dyna (por forma a cumprir as normas de emissões poluentes resultantes EURO IV) a marca consiga inverter a trajectória descendente de que as vendas destes veículos comerciais tem sido alvo, e que juntamente com o acréscimo das vendas da nova Hilux, agora com motores mais potentes, possibilite alcançar de novo um patamar de topo no segmento dos comerciais.



VIATURAS LEXUS

O ano de 2006 ficou marcado pelo crescimento exponencial da Marca alicerçado na motorização diesel do modelo IS e nos bons desempenhos das motorizações híbridas do RX e GS. O IS220d iniciou a sua comercialização em Janeiro de 2006, o novo GS450h foi lançado em Maio e finalmente em Dezembro assistimos ao lançamento do novo topo de gama da Marca, o LS.

MODELOS	2006	2005	Variação
IS200d	284	0	
IS250	19	12	58,3%
RX300	0	4	-100,0%
RX400h	34	20	70,0%
GS300/430	2	16	-87,5%
GS450h	25	0	
LS460	1	1	0,0%
SC430	0	1	-100,0%
Total	365	54	575,9%

Fonte: ACAP

Em 2006 continuámos o processo de desenvolvimento e crescimento da Rede de Concessionários e Reparadores Autorizados Lexus para assim sustentarmos o crescimento e a presença da Marca no mercado nacional.

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

Equipamento Industrial Toyota

	Mercado			Equipamento Industrial Toyota				
	Variação			06		05		Variação
	2006	2005	%	Qt.	%	Qt.	%	%
Empilhadores Contrabalançados	1.454	1.416	2,7	303	20,8	322	22,7	-5,9
Equipamento de Armazém	1.441	1.291	11,6	144	10,0	160	1377,1	-10,0
Total	2.895	2.707	6,9	447	15,4	482	17,8	-7,3

Fonte: ACAP

O ano de 2006 continuou a pautar-se por um moderado investimento e crescimento económico, sendo este conseguido pela maior actividade económica ocorrida no sector terciário dos serviços e da distribuição alimentar. Neste quadro económico, as vendas do Equipamento de Movimentação de Cargas cresceram 6,9%, não só pelo facto de máquinas exportadas serem consideradas como vendidas no mercado nacional, mas também pelo crescimento de vendas de Equipamento de Armazém preferencialmente utilizado nas plataformas logísticas da distribuição alimentar. No entanto, as vendas do Equipamento Industrial Toyota decresceram 7,3% em relação a 2005, situação que julgamos vir a melhorar no decurso de 2007, tendo em conta algumas acções tomadas e, principalmente, o lançamento da nova geração de Empilhadores Térmicos Toyota.

Mini-autocarros Toyota

	2006	2005	Variação %
Ótimo	55	62	-11,3

Nos primeiros meses do ano a venda de mini-autocarros Ótimo/Toyota foi afectada pelas dúvidas e indecisões resultantes da Lei publicada sobre Transporte Colectivo de Crianças, originando acentuada retracção. Ultrapassada essa fase, as necessidades cresceram e a procura aumentou, à qual não foi possível responder da mesma forma, resultando daí um volume de unidades vendidas inferior a 2005, situação que se espera recuperar e melhorar no decurso de 2007.



EXPORTAÇÕES

As exportações do produto Optimo, globalmente, mantiveram uma tendência de quebra com relação a anos anteriores, essencialmente devido à introdução de regulamentação mais exigente, que torna o Óptimo menos competitivo.

Por esta razão registamos uma queda acentuada no mercado Italiano, invertendo completamente a situação verificada nos últimos anos, e no mercado inglês.

Pensamos ao longo de 2007 poder inverter parcialmente aquela tendência, estando para o efeito a apostar com muita convicção na “standardização” do produto, processo este a implementar numa nova carroçaria entretanto em fase de desenvolvimento.

	2006	2005	Variação Qt.	%
Óptimo	82	97	-15	-15,5%
Dyna	1.750	1.553	197	12,7%
Outros Modelos	627	368	259	70,4%
Total	2.459	2.018	441	21,9%

Como compensação ao menor desempenho alcançado com o produto Optimo, registou-se um crescimento nas exportações do produto Dyna, resultado dum esforço comum entre SC e a nossa representada Toyota. De realçar a introdução do modelo Dyna no mercado Espanhol com efeitos práticos somente a partir de Janeiro de 2007.

Uma referência muito especial para o desempenho excelente conseguido com as nossas actividades em Cabo Verde, crescimento gradual e sustentado que tem vindo a ser conseguido no terreno ao longo dos anos, traduzido em 2006 por números muito interessantes (+70% ou 259 unidades).

PEÇAS

Vendas Globais

PEÇAS	Vendas 2006	Vendas 2005	Cresc.06/05	Orç. Gestão	% Exec. Orçam.
Total	40.029.599	39.336.487	6,8%	39.050.000	107,6%

A facturação de 2006, relativa à venda de peças totalizou 40 milhões de Euros. Este valor representa um crescimento de 6,8% relativamente ao valor facturado em 2005. Por seu lado, o orçamento de gestão foi ultrapassado em 7,6 p.p. A distribuição das vendas totais de 2006, por produto apresenta-se como segue:

PRODUTO	Peso nas vendas
Peças Genuínas Toyota	75,4%
Peças Incorporação Nac.	4,4%
Acessórios *	19,1%
Merchandising *	1,1%

* Os Acessórios e “Merchandising” englobam material genuíno e nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representa a maior fatia das vendas globais, sendo responsável por 75,4% das mesmas. Segue-se a venda de Acessórios com um peso de 19,1%, ligeiramente acima dos 18,4% representados em 2005.

Seguindo igual tendência encontra-se a facturação de Incorporação Nacional que cresceu, passando de um peso de 3,9% no ano transacto para 4,4% em 2006. Contrariamente, a venda de “Merchandising” perdeu alguma da sua importância, passando de uma quota de 1,3% em 2005 para 1,1% em 2006.

A rede de Concessionários/RTAs comprou 81,2% da nossa facturação global. As vendas a este grupo de clientes superaram o valor facturado no ano de 2005 em 7,1%. O orçamento de gestão atribuído à rede de Concessionários/RTAs para 2006 foi ultrapassado em 1,8 p.p.



CONCLUSÕES

O ano de 2006 caracterizou-se por uma boa performance na actividade de peças e acessórios Toyota. Os resultados globais foram positivos, tanto no que respeita às vendas efectuadas como ao cumprimento dos orçamentos previstos.

Este panorama é apenas contrariado a nível das vendas de produtos “merchandising”. Este é contudo um negócio adicional e com características específicas, na sua maioria independentes do mercado automóvel.

Acreditamos que o forte empenho da Divisão de Após Venda Toyota em estrita colaboração com os seus Clientes, nomeadamente a rede de Concessionários/RTAS, foi decisivo para estes resultados, que contrariam o actual e difícil panorama económico e social do país. De facto, o forte dinamismo incutido nas actividades desenvolvidas, permitiu alcançar os valores apresentados, contrariando assim um panorama que se previa difícil ao nível do após-venda automóvel.

No sentido de mantermos a performance do ano transacto, continuaremos empenhados nos diversos programas promocionais, “refrescando” e impulsionando as seguintes áreas:

Actividade de balcão através da manutenção do Programa de Vendas Itinerantes e das suas diversas campanhas realizadas ao longo do ano (direccionadas para clientes profissionais).

Actividade oficial da Rede Toyota, tendo sempre como objectivo último a melhoria dos níveis de Retenção de Clientes. Alguns exemplos de actividades a desenvolver são:

- Manutenção/Implementação de Campanhas de Retenção de Clientes, visando incrementar os níveis de fidelização dos proprietários de viaturas à Rede Oficial Toyota;
- Manutenção do Programa “Challenge Após-Venda” que se tem revelado uma boa ferramenta impulsionadora de venda de peças, acessórios e serviço.
- Desenvolvimento e aplicação contínua de medidas que contribuem para melhorar o Grau de Satisfação dos Clientes Toyota;
- Serviço de Pneus Toyota;
- Smart Repair;
- Dinamização de novas oportunidades de negócio:
- Serviços de limpeza do circuito de ventilação
- Lâmpadas Optibright e Optiblue
- Sistemas Bluetooth;
- Sistemas de Navegação.
- Aditivos de Limpeza dos Sistemas de Injecção

Continuaremos ainda a investir na divulgação dos “Eurocare”, “Extracare” e Contratos de Manutenção como uma importante ferramenta de Retenção de Clientes.

Com estas e outras medidas, julgamos estar no caminho certo para a fidelização dos clientes Toyota à nossa Rede de Concessionários / RTA's.

RECURSOS HUMANOS

A Gestão das Pessoas continua a merecer por parte da Empresa uma atenção fundamental.

Consideramos de facto que os Recursos Humanos devem ser os melhores, os mais competentes e os mais motivados e em sintonia com o espírito da Empresa.

Foi este grande desafio que norteou a política e práticas da Direcção de R.H., de resto em sintonia com o espírito do “TOYOTA WAY”.

Assim, demos ao Recrutamento, Selecção e Integração de novos Colaboradores uma particular atenção, procurando trazer para a Organização os melhores e os que mais facilmente se identifiquem com os Valores e Missão da Empresa – 197 processos de Recrutamento/Avaliação de Potencial e Reconversões, 34 processos de Estágios Profissionais (integrados em diferentes Estabelecimentos do Grupo Salvador Caetano), 32 Estágios Curriculares, e gestão cuidadosa de Candidaturas Espontâneas.

Desenvolvemos um Estudo de Clima Organizacional e Satisfação dos Colaboradores, que permitiu conhecer os indicadores menos positivos, e que con-



duziu à implementação de medidas objectivas de melhoria.

Organizámos e apoiámos os Projectos de Formação programados para o ano de 2006:

TIPO DE ACÇÕES	2004		2005		2006	
	Acções	Participantes	Acções	Participantes	Acções	Participantes
Aprendizagem em Alternância	22	276	19	263	23	333
Formação Profissional de Activos	35	1.290	58	1.215	93	2.497
Formação Profissional de Externos	176	2.320	133	1.937	95	2.018
Total	233	3.886	210	3.415	211	4.848

A Área da Formação Profissional assume-se cada vez mais como um instrumento decisivo no desenvolvimento e qualificação dos Colaboradores e na eficácia da Empresa. Identificamos em conjunto com as diversas Áreas, as reais necessidades de formação, que ajudaram a construir o Plano Anual de Formação para 2007.

Acompanhámos e apoiámos com todo o cuidado o Projecto RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, como forma de elevar o nível de escolaridade, tendo em 2006 envolvido 150 Colaboradores de Gaia e Ovar.

Elaborámos e apresentámos ao IQF, o dossier de renovação de Acreditação da Empresa como Entidade Formadora.

A Área de SHST, tem merecido cada vez mais atenção redobrada por parte da Empresa – implementação sistemática de melhores Condições de Trabalho, Segurança e Saúde dos Colaboradores: elaborámos, nesta perspectiva, o Relatório Anual da Actividade, que apresentámos ao ISHST, e que deu origem ao Plano de Actividades.

Apoiámos no ano de 2006, a contratualização de diversas Empresas do Grupo com uma Empresa Prestadora de Serviços nesta Área, com o objectivo de normalizar e otimizar procedimentos e práticas de Segurança e Saúde no Trabalho.

Elaborámos um Plano de Emergência Interno para o Perímetro Industrial em que estamos inseridos e realizámos dois Simulacros – ameaça de bomba e derrame de produtos químicos perigosos.

Demos à Semana da Segurança – Crescer em Segurança -, particular atenção, resultando das Acções que desenvolvemos, o reconhecimento por parte do ISHST com a atribuição do Prémio “Crescer em Segurança”.

Em 2006, procederam-se a 44 revogações de Contrato de Trabalho por acordo, cujo valor importou em 1,2 Milhões de Euros com os seguintes rácios:

- Indemnização média de 0,95 mês / ano de antiguidade.
- Período de recuperação, 16,4 meses

A idade do efectivo continua a ser uma das preocupações, notando-se, porém, como se evidencia do quadro seguinte, uma tendência para um ligeiro decréscimo na idade média relativamente ao ano de 2005:

ESTABELECIMENTO	2006	2005
Vila Nova de Gaia	42,92	43,20
Ovar	40,24	41,07
Carregado	38,50	38,12
Total	40,70	41,00

Quanto ao Serviço Jurídico continuou a manter o seu acompanhamento na gestão diária dos Recursos Humanos, analisando as diversas situações ocorridas ao longo dos doze meses e emitindo o respectivo parecer: foi solicitado a intervir em dois processos disciplinares e em cinco processos judiciais e desenvolveu igualmente actividade em matérias relacionadas com as alterações verificadas na Segurança Social, legislação laboral acompanhando a Direcção nestas intervenções.

No que respeita à política salarial e atendendo à conjuntura económica, verificou-se um aumento salarial de 2,5% em Janeiro.

Na colaboração com a Fundação Salvador Caetano, há a destacar o recebimento durante o ano de 2006 da quantia de 170.860,16 € para comparticipação em despesas médicas dos colaboradores. Continuaram a ser atribuídos os prémios “Salvador Caetano” e “Ana Caetano” a jovens licenciados nas condições previstas no regulamento daquela Fundação.



ACTIVIDADE FINANCEIRA

Obviamente que muito já foi dito sobre a evolução da Economia Portuguesa no exercício em apreço e em concreto sobre a retracção sofrida (mais uma vez) pelo mercado Automóvel no nosso País. Contudo a nossa principal representada (Toyota) continua apostada em crescer mesmo neste ambiente adverso e portanto pouco propício à expansão.

O objectivo “Top 5” que pretende colocar a marca nas 5 maiores a operarem no nosso país até 2010 continua perfeitamente de pé.

O ano de 2006, apresentando um crescimento para a marca de 6,8 % face a 2005, correspondente a uma quota de mercado de 6,3%, mais não fez do que reforçar uma tendência de crescimento que já vinha desde 2004 e que resultará, talvez antes de 2010, na concretização do objectivo “Top 5” traçado.

Em termos estritamente financeiros o ano de 2006 assistiu também a uma subida gradual das taxas de juro de referência, consequência das alterações promovidas pelo BCE, com a Empresa a tentar contrariar os reflexos dessa subida com algumas medidas de reestruturação do seu endividamento e tentativas bem sucedidas de redução dos “spreads” bancários negociados.

Por tudo o atrás salientado foi possível à Empresa atingir em 2006 os 382,6 milhões de Euros de Volume de Negócios os quais traduziram um acréscimo de 5,3% face a 2005.

(Milhares Euros)

VENDAS	2006	2005	2006/2005
Mercado Interno	340.527	324.914	4,8%
Mercado Externo	42.134	38.537	9,3%
Total	382.661	363.451	5,3%

Mais uma vez as Vendas para os Mercados Externos cresceram mais do que as destinadas ao Mercado Nacional, essencialmente por via do Projecto Dyna da Unidade Fabril de Ovar representando 22 milhões de Euros de vendas correspondentes a 1.750 unidades transaccionadas e, da “distribuição” de viaturas Toyota para Cabo Verde.

(Milhares Euros)

ORIGENS DE FUNDOS			APLICAÇÃO DE FUNDOS		
Cash Flow	17.308	68%	Distribuição	4.635	18%
Fornecedores	573	2%	Disponibilidades	1.419	6%
Estado	2.447	10%	Bancos	3.546	14%
Stocks	2.906	11%	Clientes	9.800	38%
Outros	2.349	9%	Investimento	3.606	14%
			IRC	2.577	10%
Total	25.582	100%	Total	25.582	100%

Com um Cash-Flow gerado acima dos 17 milhões de Euros, 2006 foi um exercício de equilíbrios em termos de aplicação dos Fundos gerados uma vez que o Investimento se quedou pelos 3,6 milhões de Euros sendo que o aumento do crédito concedido resulta mais do volume de negócios do que propriamente do alargamento dos prazos de cobrança.

Por outro lado uma nova redução (ainda que menor do que em 2005) do Endividamento foi possível, juntamente com uma também ligeira redução dos stocks, sempre agradável, pelos sinais demonstrativos de bom planeamento e logística de compra do nosso principal produto.

A exemplo do que tinha acontecido no ano transacto com as Empresas do Reino Unido foi decidido registar as perdas sofridas nas participadas em Moçambique através de um ajustamento ao valor detido de partes de capital nessas participadas reflectindo-o directamente nos Capitais Próprios da nossa Empresa.

Apesar deste ajustamento o grau de Autonomia Financeira manteve-se nuns reconfortantes 41%.

Em virtude da aplicação das taxas máximas legalmente aceites, as amortizações do exercício elevaram-se aos 8,3 milhões de Euros sendo que foram também neste período repostas provisões para depreciação de existências entretanto julgadas desnecessárias e que totalizaram os 845 milhares de Euros. Tendo em atenção o anteriormente exposto e após a estimativa de Imposto sobre o Rendimento foi possível obter um resultado líquido de 7,8 milhões de Euros representando mais uma vez um acréscimo face ao exercício anterior de 9,4%.

Em termos de perspectivas para 2007 julgamos que continuam a existir condições intrínsecas à marca Toyota que lhe irão permitir crescer, aumentando em consequência a sua quota de mercado, tanto mais que na sequência da deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro todos os negócios consideradas como não-Toyota serão alienados no início de 2007, permitindo assim à nossa Empresa uma total concentração nas actividades da



nossa Representada nipónica. O impacto deste projecto permitir-nos-á encaixar mais de 26 milhões de Euros com reflexos óbvios nos custos financeiros a suportar em 2007.

Por fim resta-nos informar da não existência à data da elaboração deste relatório de qualquer montante em mora de pagamento na Conta do Estado e Outros Entes Públicos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Em conformidade com o disposto na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados apurados no exercício, no valor de Euro 7.801.781,92:

- a) Para reforço da Reserva LegalEur: 390.100,00
- b) Para dividendos a atribuir ao capital, Eur. 0,17 por acção, o que atento o seu número 35.000.000 de acções, perfaz Eur: 5.950.000,00
- c) Para atribuição aos Corpos Sociais, Dirigentes e colaboradores, a título de participação nos lucros relativos à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhadoEur: 1.250.000,00
- d) O remanescente para reforço de Reservas Livres.....Eur: 211.681,92

ENCERRAMENTO

Este relatório não ficaria completo sem primeiro atestarmos que desde o final de 2006 até à presente data nenhum facto relevante, não divulgado, ocorreu e que pudesse de alguma forma pôr em causa o normal funcionamento da Empresa.

Uma palavra de gratidão a todas as pessoas e instituições que de alguma forma contribuíram positivamente para o desenvolvimento da actividade da Empresa nomeadamente:

- Os nossos Clientes em geral e os nossos Concessionários em particular pela confiança e preferência com que nos honraram e pela forma dedicada como representaram as marcas que distribuímos;
- Aos Bancos e demais Entidades financeiras pelo modo como souberam interpretar as nossas estratégias, validando-as com a confiança do crédito concedido;
- A todos os Colaboradores pela dedicação, esforço e competência demonstrados na prossecução dos objectivos traçados.

Vila Nova de Gaia, 14 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente;

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



ANEXO AO RELATÓRIO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SALVADOR FERNANDES CAETANO – Adquiriu em 28 de Dezembro de 2006, 815.000 acções, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 1.167.465 acções, com o valor nominal de um euro cada uma. Detém, conjuntamente com o cônjuge, Ana Pereira Martins Caetano, 62,50% do Capital Social da FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A., e 70% do Capital Social da CAETANO, SGPS, S.A., o que com esta Sociedade, directa ou indirectamente, detém 84,72% do Capital Social da COCIGA – Construções Cíveis de Gaia, S.A., o que lhe garante directa e indirectamente 22.167.755 acções, a que corresponde 63,336% do capital social e dos direitos de voto nesta empresa.

ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS: Não tem movimentos, pelo que em 31 de Dezembro de 2006, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

TETSUO AGATA - Não tem acções nem obrigações.

YOSHIMASA ISHII - Não tem acções nem obrigações.

DRª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS - Não tem acções nem obrigações. O cônjuge, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

ENGº SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

DRª ANA MARIA MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

HIROOKI FUJIWARA - Não tem acções nem obrigações.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do Engº José Reis da Silva Ramos - Vice-Presidente do Conselho de Administração, Engº Salvador Acácio Martins Caetano, e Drª Ana Maria Martins Caetano, vogais do Conselho de Administração, da FOGECA - Gestão e Controle – SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, e Engº José Reis da Silva Ramos - cônjuge da Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Administrador, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, adquiriu: em 15 de Setembro de 2006, 440 acções ao preço de 5 euros cada; em 19 de Setembro de 2006, 60 acções ao preço de 5 euros cada; em 20 de Setembro de 2006, 30 acções ao preço de 5 euros cada; em 29 de Setembro de 2006, 2 acções ao preço de 5 euros cada, em 3 de Outubro de 2006, 200 acções ao preço de 5 euros cada; em 9 de Outubro de 2006, 35 acções de 5 euros cada; em 9 de Outubro de 2006, 585.550 acções ao preço de 5,25 euros cada, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 670.006 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do Engº José Reis da Silva Ramos, vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Cíveis de Gaia, S.A. esta Sociedade não tem movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

FISCAL ÚNICO:

DELOITTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA. representado pelo Sr. Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves - Não tem acções nem obrigações.



INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA.

(NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO C.S.C.)

	Acções Detidas 31.12.05	Acções Adquiridas 2006	Acções Vendidas 2006	Acções Detidas 31.12.06
SALVADOR FERNANDES CAETANO (Presidente)	352.465	815.000		1.167.465
ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Vice-presidente)	86.000			86.000
TETSUO AGATA (Vogal)				
YOSHIMASA ISHII (Vogal)				
DRª MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal)				
ENGº SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal)				
Drª ANA MARIA MARTINS CAETANO (Vogal)				
HIROOKI FUJIWARA (Administrador – Suplente)				

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS TOYOTA CAETANO PORTUGAL, SA.

(NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO C.S.C.)

Participações superiores a um décimo do capital

ACCIONISTA	Acções Detidas 31.12.05	Acções Adquiridas 2006	Acções Vendidas 2006	Acções Detidas 31.12.06
Toyota Motor Corporation	9.450.000			9.450.000

Participações superiores a metade do capital

ACCIONISTA	Acções Detidas 31.12.05	Acções Adquiridas 2006	Acções Vendidas 2006	Acções Detidas 31.12.06
FOGECA-Gestão e Controle - SGPS, SA	21.000.000			21.000.000

Lista de participações qualificadas superiores a 2% do capital social

ACCIONISTA	Acções	% dos direitos de voto
Toyota Motor Corporation	9.450.000	27
FOGECA-Gestão e Controle- SGPS, SA	21.000.000	60
Salvador Fernandes Caetano	1.167.465	3,34



RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

No cumprimento das orientações constantes do Regulamento da CMVM n.º 07/2001, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003 e pelo Regulamento n.º 10/2005, este ponto pretende ser o resumo dos aspectos fundamentais da gestão da Sociedade no que respeita ao Conselho de Administração, tendo em conta a necessidade de transparência relativamente a esta matéria e a necessidade de informação por parte dos investidores e dos destinatários da informação.

O. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Este relatório encontra-se organizado segundo as instruções definidas pelo Anexo ao regulamento supracitado, sendo entendimento do Conselho de Administração de que foram cumpridas, na sua maioria, as disposições constantes das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedade Cotas com excepção das seguintes:

- Recomendação IV-6: O Conselho de Administração eleito em Assembleia Geral não inclui qualquer membro que nos termos do Regulamento 11/2003 possa ser considerado independente.
- Recomendação IV-7: Muito embora não existam comissões de controlo interno formais com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, o Conselho de Administração entende que tais funções podem ser garantidas pelo próprio Conselho de Administração ao nível individual da Sociedade e que as mesmas funções são exercidas pelos departamentos de controlo de gestão das suas subsidiárias.
- Ao nível das competências na avaliação da estrutura e governo societário, tais funções são exercidas directamente pelo Conselho de Administração, que mantém um debate constante sobre esta problemática.
- Recomendação IV-8: A Toyota Caetano Portugal, SA. (ex-Salvador Caetano – IMVT, SA.), divulga no presente capítulo informação relativa à remuneração fixa e variável dos seus administradores, entendendo que a divulgação da remuneração individual de cada administrador não traz informação relevante para os accionistas.

I. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

I. Órgãos e definições de competências

Órgãos Sociais Os corpos sociais da Toyota Caetano Portugal, SA. são:

- Assembleia Geral, composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.
- Conselho de Administração, composto actualmente por 7 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.
- Fiscal Único, a quem compete a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

Nota: Por decisão da Assembleia Geral de 22 de Dezembro de 2006 os Estatutos da Sociedade foram alterados no seu Artigo 10º passando o órgão fiscalizador a ser um Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente a eleger em próxima Assembleia Geral.

2. Principais áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração funciona de forma colegial com funções de gestão e coordenação das diferentes actividades da Empresa e é constituído actualmente por um presidente, um vice-presidente e três vogais, exercendo funções executivas, bem como 2 vogais sem funções executivas. O organograma funcional da Empresa é como segue:



ADMINISTRAÇÃO



3. Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade

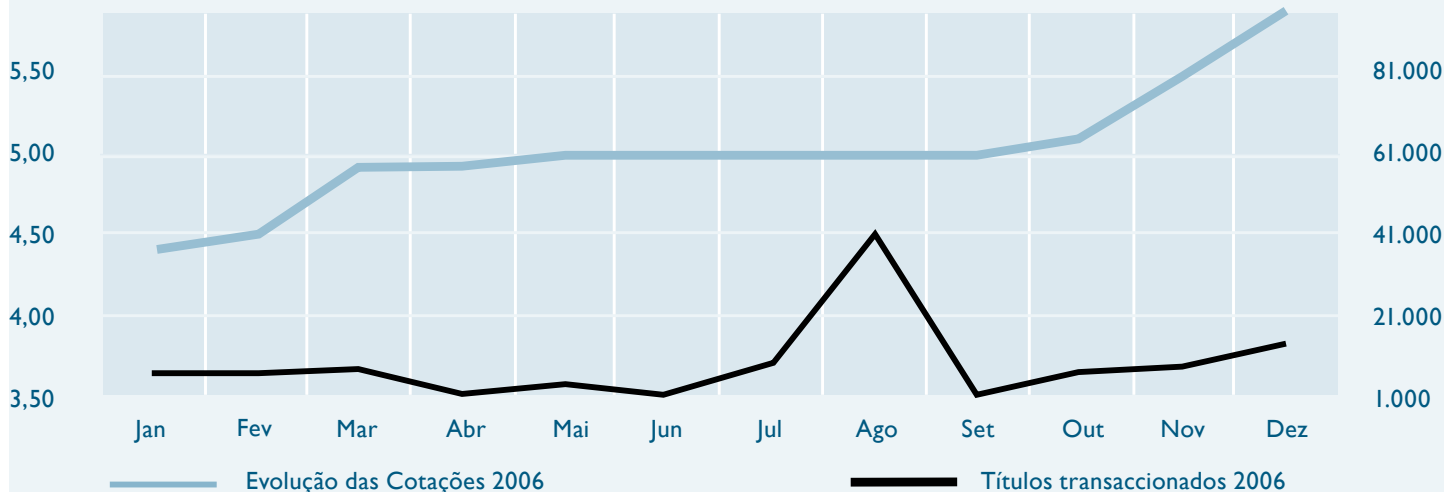
Na Toyota Caetano Portugal, SA., o controlo dos riscos inerentes à actividade é efectuado directamente pelo Conselho de Administração, dada a estreita relação e tempo dedicado ao desempenho das suas funções.

Nas restantes empresas participadas, são definidos sistemas de controlo específicos a cada uma das actividades cujo órgão máximo é o Conselho de Administração de cada uma das empresas.

4. Evolução da cotação das acções da Toyota Caetano Portugal, SA. (ex-Salvador Caetano – IMVT, SA.)

Durante o exercício de 2006 foram transaccionadas em Bolsa 107.284 acções, correspondentes a um movimento bastante reduzido ao longo do exercício em apreço o qual, somente denotou algum acréscimo no mês de Agosto. No gráfico seguinte pode apreciar-se a evolução da cotação das acções da sociedade. Saliência, no entanto, para a subida verificada entre Novembro e Dezembro, onde o nosso título atingiu um pico de 5,9 Euros, muito provavelmente como consequência do anúncio e aprovação da reestruturação efectuada ao nível da concentração em exclusivo nas actividades Toyota. Por outro lado, não são visíveis alterações de cotações por impacto directo de anúncio de resultados ou pagamento de dividendos.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES/TÍTULOS TRANSACCIONADOS 2006





5. Política de dividendos

A política de distribuição de dividendos da Empresa pode ser avaliada no quadro seguinte o qual regista a situação dos últimos cinco exercícios:

	2006	2005	2004	2003	2002
Resultado Líquido (mEuros)	7.802	7.133	5.744	5.690	6.275
Dividendos (mEuros)	5.950	3.500	2.100	1.800	2.100
Dividendo p/Ação (Euro)	0,170	0,100	0,060	0,051	0,060

De uma forma sintética podemos afirmar que embora sempre condicionada pelos próprios resultados líquidos e pelas expectativas entretanto criadas para o(s) período(s) seguintes, a Empresa tem vindo a distribuir dividendos num intervalo percentual entre os 30% e 40% do resultado.

Em 2005 e face aos resultados obtidos foi entendido elevar essa percentagem para perto dos 50%. Tendo em atenção o nível de capitais próprios entretanto atingidos foi entendido em 2006 que a distribuição de dividendos rondasse os 75% dos resultados líquidos obtidos, sendo de esperar que esta percentagem se mantenha nos próximos exercícios.

6. Planos de atribuição de acções e de opção de aquisição de acções

A Toyota Caetano Portugal, SA. não possui qualquer plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções aos membros dos órgãos sociais, nem aos seus trabalhadores.

7. Negócios realizados entre a Sociedade e membros dos órgãos sociais

Durante o exercício de 2006, não foram realizados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais (de administração e de fiscalização), titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou grupo, que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações do mesmo género, e sempre inseridas na actividade normal da sociedade.

8. Gabinete de Apoio ao Investidor

Embora não exista formalmente instituído um Gabinete de Apoio ao Investidor, esta função é assegurada pelo representante para as relações com o mercado. Sempre que necessário, o representante assegura a prestação ao mercado de toda a informação relevante no tocante a acontecimentos marcantes, factos enquadráveis como factos relevantes, divulgação trimestral de resultados e resposta a eventuais pedidos de esclarecimento por parte dos investidores ou público em geral sobre informação financeira de carácter público.

Os contactos com vista à obtenção de informações por parte de investidores poderão ser efectuados pelas seguintes vias:

Representante para as relações com o mercado:

Maria Angelina Caetano Ramos

Telefone: 227867000

E-mail: angelina.ramos@toyotacaetano.pt

Através da sua página oficial na Internet (www.toyota-caetano.pt), a Toyota Caetano Portugal, SA. disponibiliza informação financeira relativamente à sua actividade individual e consolidada. Nesta página encontram-se igualmente disponíveis os documentos de prestação de contas da empresa para os últimos exercícios.

9. Remunerações pagas aos auditores

As remunerações pagas aos nossos auditores e a outras pessoas colectivas pertencentes à mesma rede, pelas empresas em relação de domínio ou de grupo, ascendem a 298.835 Euros, distribuídas da seguinte forma:

Serviços de Revisão Legal Contas	36,60%
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	52,00%
Serviços de Consultoria Fiscal	9,70%
Outros Serviços	1,70%

O Conselho de Administração na solicitação dos projectos assegura antes da adjudicação, que aos auditores e sua respectiva rede, não são contratados serviços que, nos termos da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873 de 16 de Maio de 2002 possam por em causa a sua independência.



II. Exercício de direitos de voto e representação de accionistas

Só têm direito de estar presente na Assembleia Geral e aí discutir e votar os accionistas que sejam titulares legítimos de acções com direito a, pelo menos, um voto, sendo que a cada grupo de cem acções corresponde um voto. Porém, os accionistas que não possuam o referido número mínimo de cem acções podem agrupar-se, de forma a completá-lo, devendo, nesse caso, fazer-se representar por um só deles, cuja identificação deverá constar em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Até cinco dias antes da data marcada para a sua realização, os accionistas que pretendam estar presentes na Assembleia Geral devem ter as suas acções averbadas em seu nome no Livro de Registo de Acções da Sociedade ou fazer prova do respectivo depósito em intermediário financeiro.

Os Senhores Accionistas poderão exercer o direito de voto por correspondência, nos seguintes termos:

- a) Os votos por correspondência devem ser endereçados à sede da Sociedade e nesta recebidos, através de carta registada, com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia, carta essa a qual incluirá declaração emitida por intermediário financeiro comprovativa da titularidade das acções e, ainda, sobrescrito fechado contendo a declaração de voto;
- b) A declaração de voto deverá ser assinada pelo legítimo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se for pessoa singular, fazer acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, e se for pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida na qualidade e com poderes para o acto;
- c) Os votos por correspondência serão considerados no momento destinado à votação na Assembleia Geral, sendo adicionados aos aí exercidos.
- d) Só serão consideradas válidas as declarações de voto onde, de forma expressa e inequívoca, conste:
 - a indicação da Assembleia Geral e do ponto ou pontos da respectiva ordem de trabalhos a que respeita;
 - a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes da mesma, sendo, no entanto, permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra todas as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.
 - a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente, podendo o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.
- e) Entende-se que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência votam negativamente todas as propostas de deliberação apresentadas em momento ulterior à emissão do voto.

III. Regras Societárias

Código de Conduta e Regulamentos Internos

Pelo facto da Toyota Caetano Portugal, SA. ter a qualidade de Sociedade Aberta, existe por parte da Administração e seus colaboradores uma grande atenção no cumprimento dos deveres de confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da Toyota Caetano Portugal, SA. em situações de conflito de interesse.

Em termos de controlo interno, as empresas operacionais do Grupo Toyota Caetano Portugal, SA. possuem órgãos de controlo de gestão que exercem a sua actividade a todos os níveis das empresas participadas, elaborando relatórios periódicos para cada Conselho de Administração, isto para além da actividade desenvolvida pelo Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos, que nos termos da lei exercem funções nas diversas sociedades.

Tem esta sociedade conhecimento de um acordo parassocial instituído ao abrigo do contrato de distribuição com a Toyota Motor Corporation, o qual garante a esta última que a Fogeca-Gestão e Controle SGPS (Holding familiar de Salvador Caetano) manterá uma detenção mínima do capital social desta sociedade de cerca de 60%, enquanto o contrato de distribuidor nacional Toyota vigorar.

IV. Órgão de administração

I. Caracterização do Conselho de Administração

De acordo com os estatutos da Toyota Caetano Portugal, SA., o Conselho de Administração é constituído por três, cinco, sete ou nove membros, accionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral por períodos de 4 anos.

O actual Conselho de Administração é constituído por 7 elementos, sendo os seus cargos distribuídos como segue:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente

José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Tetsuo Agata – Vogal

Yoshimasa Ishii - Vogal

Maria Angelina Martins Caetano Ramos - Vogal

Salvador Acácio Martins Caetano - Vogal

Ana Maria Martins Caetano – Vogal



Dos actuais membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA., 5 desempenham funções executivas, cabendo aos não residentes funções não executivas. Os membros executivos do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. não podem ser considerados independentes, na medida em que todos eles ou, fazem parte do Conselho de Administração da Fogeca – Gestão e Controlo, SGPS, SA., empresa detentora de cerca de 60% do capital social da Toyota Caetano Portugal, SA., e que sobre ela exerce uma influência dominante, ou são relacionados pela definição dada na alínea e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento CMVM n.º 7/2001.

O actual Conselho de Administração foi eleito em 2004, por um período de 3 anos, cessando consequentemente o seu mandato em 2006.

Os membros do Conselho de Administração desempenham igualmente funções de administração nas seguintes empresas:

NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Salvador Fernandes Caetano Presidente	FOGECAL – Gestão e Controlo, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FOGECAL MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO – Aluguer de Autom., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Presidente do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	RIGOR – Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	GILLCAR NORTE – Com. Ind. Maq. e Tintas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	I.P.E. – Industria produtora de espumas, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO COMERCIAL OURO, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER II – REP.DE COLISÃO DE AUT., S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER - Imobiliária, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO PARTNER III - Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO VAGA – Comércio da Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CITYPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	INTERESTORIL – Participações, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	MOTORJOTA - Venda e Assistência de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	VDR, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AUTO VISTULA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	LAVORAUTO - Administ. Imob. E Cons. de Empresas, S.A.	Presidente da Mesa da A. G.
	AMORIM BRITO & SARDINHA, LDA.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	MAQTING – Com. e Ind. de Maq. Fer. e Tintas, Lda.	Gerente



NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
José Reis da Silva Ramos Vice-Presidente	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CAETANOBUS – Fabricação. de Carroçarias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CHOICE CAR – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CHOICE CAR - SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CARPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO COMERCIAL OURO, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER II – REP.DE COLISÃO DE AUT., S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER - Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	AUTO PARTNER III, SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CITYPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	I.P.E. – Indústria produtora de espumas, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	Soc. Imobiliária Quinta da Fundega, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CATEDRAL DO AUTOMÓVEL, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	MOTORJOTA, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	CABO VERDE MOTORS, SARL	Presidente do Cons. Adm.
	ROBERT HUDSON, LTD.	Presidente do Cons. Adm.
	COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Vice-Presid. do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO – Aluguer de Autom., S.A	Vogal do Cons. Adm.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO	Vogal do Cons. Adm.
	LUSILECTRA – Veículos, e Equipamentos, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA - Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	GUÉRIN – RENT – A – CAR (DOIS), LDA.	Gerente
	FERNANDO SIMÃO, SRCA, LDA.	Gerente
	VIA RÁPIDA, LDA.	Gerente
	AE MOTORES, LDA.	Gerente
	JORJAUTO (PORTO), LDA.	Gerente
	ONDIMETA, LDA.	Gerente
	CLUBAUTO, LDA.	Gerente
	AUTO PARTNER - Peças e Serviços, Lda.	Gerente
	ANTÓNIO SARDINHA, LDA.	Gerente
	PERITEL - Peritagem Técnicas, Lda.	Gerente
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	FOGECA.COM, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	RIGOR – Consultoria e Gestão, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	COCIGA - Construções Cíveis de Gaia, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G
	NOVEF – SGPS, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A.G



NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Maria Angelina Martins Caetano Ramos Vogal	ATLÂNTICA – Comp. Portuguesa de Pesca, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	NOVEF – SGPS, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	LAYNA INVERSIONES, S.L	Presidente do Cons. Adm.
	LAYNA INVERSIONES GALICIA, S.L	Presidente do Cons. Adm.
	POAL - Pvmantações e Obras Acessórias, S.A.	Presidente do Cons. Adm.
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A.	Vice-Presid. do Cons. Adm.
	SALVADOR CAETANO - IMVT, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RIGOR- Cons. e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	SPRAMO - Publicidade & Imagem, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	CABO VERDE MOTORS, SARL	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	Sociedade Soares da Costa, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	ROBERT HUDSON, LTD.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	CRUSTACIL – Comércio de Marisco, Lda.	Gerente
	NOVEF RESTAURAÇÃO – Soc. Unipessoal, Lda.	Gerente
	BAVIERA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CAETSU PUBLICIDADE, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	Soc. Imob. Quinta da Fundega, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARVEGA - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARWEB - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CORAL – Correctores de Seguros, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	NOVAVAGA - Comércio de Aumóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SALV. CAETANO – Aluguer de Autom., S.A	Presidente da Mesa A. G.
	SETUVAR - Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SETUCAR, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SETUVEGA - Reparação de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS	Presidente da Mesa A. G.



NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Salvador Acácio Martins Caetano Vogal	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	PORTIANGA – Com. Int. e Participações, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RIGOR- Cons. e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	Amorim Brito & Sardenha, Lda.	Gerente
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	LUSILECTRA – Veículos. e Equipamentos, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CHOICE CAR - SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	FINLOG - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	CARPLUS – Comércio de Automóveis, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SALV. CAETANO - Aluguer de Automóveis, S.A.	Vice-Presidente Mesa A. G.
NOME	SOCIEDADE	FUNÇÃO
Ana Maria Martins Caetano Vogal	CAETANO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	SALV. CAETANO - Comércio de Automóveis, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	FOGECA MULTIAUTO, SGPS, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	BAVIERA – Comércio de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	RIGOR - Cons. e Gestão, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TOVICAR – Sociedade de Com. de Automóveis, S.A.	Vogal do Cons. Adm.
	TURISPAIVA – Soc. Turística Paivense, S.A	Vogal do Cons. Adm.
	LAYNA AUTO, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	R.BENET, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	ESTRELLA SERVIRENT, S.A.U.	Vogal do Cons. Adm.
	LAYNA PATRIMONIAL, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	LAYNA INVERSIONES, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	LAYNA INVERSIONES GALICIA, S.L.	Vogal do Cons. Adm.
	SALTRIANA – Sociedade Agrícola de Triana, Lda.	Gerente
	INTERVAGA - Comércio de Veículos e Peças, Lda.	Gerente
	SALTANO – Invest. e Gestão, SGPS, S.A.	Presidente da Mesa A. G.
	SIMOGA – Soc. Imobiliária de Gaia, S.A.	Vice-Pres. da Mesa A. G.



2. Comissão Executiva

Não existe qualquer Comissão Executiva com competências em matéria de gestão. As decisões de gestão são tomadas pelo Conselho de Administração, no desenrolar normal das suas funções, pelo que se considera ser a constituição de uma comissão deste tipo desnecessária ao bom funcionamento da sociedade e à protecção dos interesses dos investidores.

3. Controlo exercido pelo Conselho de Administração

Competem ao Conselho de Administração os mais amplos poderes de gestão e representação da sociedade e a realização de todas as operações relativas à execução do objecto social, nomeadamente:

- Adquirir, alienar e onerar quaisquer bens móveis, designadamente veículos automóveis e, observados os limites legais, imóveis;
- Adquirir participações sociais noutras sociedades;
- Alienar participações sociais noutras sociedades;
- Tomar e dar de locação quaisquer bens móveis e imóveis;
- Constituir mandatários ou procuradores para a prática de determinados actos ou categorias de actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele activa e passivamente, propor e fazer seguir acções judiciais, confessá-las e nelas desistir da instância ou do pedido e transigir, bem como, comprometer-se em árbitros.

Não existe limitação quanto ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, tentando os membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. fazer parte das administrações das empresas participadas mais relevantes do grupo, de forma a permitir um mais próximo acompanhamento das suas actividades.

O Conselho de Administração reúne regularmente, sendo as suas deliberações válidas apenas quando esteja presente a maioria dos seus membros. Durante o ano de 2006 o Conselho de Administração reuniu 12 vezes, estando as correspondentes actas registadas no livro de actas do Conselho de Administração.

4. Política de remunerações

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração não está directamente dependente da evolução da cotação das acções da Sociedade nem dos resultados obtidos.

No entanto todos os titulares do Órgão de Administração estão dependentes dos resultados da sociedade na parte variável da sua remuneração anual, no que usualmente se designa como “Gratificação de Balanço”.

5. Remuneração dos membros do Conselho de Administração

As remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, SA. durante o exercício de 2006, no exercício das suas funções em empresas do grupo foram como segue:

	Parte Fixa	Parte Variável	Total
REMUNERAÇÕES			
Administradores Executivos	871.707	264.000	1.135.707
Administradores Não Executivos	0	0	0
Total	871.707	264.000	1.135.707

6. Política Comunicação

Toyota Caetano Portugal, S.A. divulga com regularidade informação abrangendo as diferentes áreas da sua actividade, sempre que essa informação for de notório interesse para o mercado em geral e os investidores em particular.

Através da sua página oficial na Internet (www.toyotacaetano.pt) e na zona intitulada “Investidores”, são divulgados todos os comunicados da Empresa, tomem eles a forma de factos relevantes ou Outros Comunicados, bem como eventos societários (pagamento/amortização juros empréstimo obrigacionista; pagamento de dividendos, etc.)



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

				(Euros)	
	Notas	Activo Bruto	Amort. e Ajust.	Activo Liq. 06	Activo Liq. 05
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	8	1.295.346	1.285.819	9.527	22.038
Despesas Investigação e Desenvolvimento	8	2.218.271	2.005.046	213.225	192.009
Trespases		983.568	983.568		
	10	4.497.185	4.274.433	222.752	214.047
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Terrenos e Recursos Naturais		12.234.483		12.234.483	13.734.183
Edifícios e Outras Construções		62.684.903	43.585.832	19.099.071	21.151.261
Equipamento Básico		46.364.091	33.566.129	12.797.962	11.384.969
Equipamento de Transporte		13.787.972	7.495.545	6.292.427	5.095.606
Ferramentas e Utensílios		8.775.212	8.460.833	314.379	226.259
Equipamento Administrativo		6.513.536	6.150.663	362.873	368.478
Outras Imobilizações Corpóreas		3.295.035	2.503.525	791.510	972.495
Imobilizações em Curso		1.641.106		1.641.106	2.642.268
	10 e 13	155.296.338	101.762.527	53.533.811	55.575.519
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes Capital em Empresas do Grupo	16	39.944.904	22.419.708	17.525.196	18.331.195
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	48	5.977.425	1.496	5.975.929	5.975.929
Empréstimos a Empresas do Grupo	16	19.844.591	169.591	19.675.000	22.362.378
	10 e 21	65.766.920	22.590.795	43.176.125	46.669.502
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	41	15.008.139		15.008.139	12.612.520
Produtos e Trabalhos em Curso	42	5.556.976		5.556.976	5.913.442
Produtos Acabados e Intermédios	42	4.742.535		4.742.535	3.576.549
Mercadorias	41	42.409.482	1.200.000	41.209.482	46.475.140
	21	67.717.132	1.200.000	66.517.132	68.577.650
DÍVIDAS TERCEIROS MÉDIO E LONGO PRAZO					
Clientes c/c	16	3.622.515		3.622.515	3.622.515
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
Clientes c/c	16	87.051.028		87.051.028	77.653.755
Clientes de Cobrança Duvidosa	23 e 21	5.732.498	4.625.198	1.107.300	564.460
Adiantamentos a Fornecedores		29.598		29.598	27.016
		92.813.124	4.625.198	88.187.926	78.245.231
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA					
Depósitos Bancários		3.763.802		3.763.802	2.353.398
Caixa		117.869		117.869	109.710
		3.881.671		3.881.671	2.463.108
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de Proveitos	51	199.730		199.730	80.372
Custos Diferidos	51	1.966.552		1.966.552	2.160.460
		2.166.282		2.166.282	2.240.832
Total de Amortizações			106.036.960		
Total de Ajustamentos			28.415.993		
TOTAL ACTIVO		395.761.167	134.452.953	261.308.214	257.608.404



				(Euros)
	Notas	Capital Próprio e Passivo 2006	Capital Próprio e Passivo 2005	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO				
CAPITAL	36 e 40	35.000.000	35.000.000	
AJUST. DE PARTES CAPITAL EM ASSOCIADAS	40	-22.215.200	-21.409.201	
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	40	6.195.184	6.187.306	
RESERVAS				
Reservas Legais	40	6.568.803	6.208.803	
Outras Reservas	40	73.869.649	71.731.295	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40	7.801.782	7.133.354	
Total do Capital Próprio		107.220.218	104.851.557	
PASSIVO				
PROVISÕES				
Outras Provisões para Riscos e Encargos	34	4.553.043	5.043.829	
DÍVIDAS A TERCEIROS MÉDIO/LONGO PRAZO				
Empréstimos por Obrigações				
Não Convertíveis			3.750.000	
Dívidas a Instituições de Crédito			11.750.000	
			15.500.000	
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO				
Empréstimos por Obrigações				
Não Convertíveis	50	3.750.000	3.750.000	
Dívidas a Instituições de Crédito	50	78.210.000	66.255.800	
Fornecedores c/c	16	40.947.018	40.371.837	
Outros Accionistas		11.738	14.678	
Adiantamentos de Clientes		118.850	42.102	
Estado e outros Entes Públicos	49	14.272.399	11.825.784	
Outros Credores		31.439	25.926	
		137.341.444	122.286.128	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de Custos	51	11.105.817	9.723.888	
Proveitos Diferidos	51	1.087.692	203.002	
		12.193.509	9.926.890	
Total do Passivo		154.087.996	152.756.847	
TOTAL CAPITAL PRÓP. E PASSIVO		261.308.214	257.608.404	

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente;

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

				(Euros)	
CUSTOS E PERDAS	Notas	2006		2005	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS					
Mercadorias		244.302.075		227.138.933	
Matérias	41	59.155.550	303.457.625	59.489.997	286.628.930
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			49.696.406		45.962.052
CUSTOS COM O PESSOAL					
Remunerações		13.129.347		12.579.871	
Encargos Sociais					
Pensões	31	549.744		826.465	
Outros		7.822.603	21.501.694	7.231.677	20.638.013
AMORTIZAÇÕES IMOBILIZADO CORPÓREO E INCORPÓREO	10	8.326.049		7.679.303	
PROVISÕES			8.326.049	352.914	8.032.217
IMPOSTOS		558.878		787.229	
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		8.724.675	9.283.553	8.889.274	9.676.503
	(A)		392.265.327		370.937.715
JUROS E CUSTOS SIMILARES					
Outros	45	5.393.438	5.393.438	4.402.325	4.402.325
	(C)		397.658.765		375.340.040
CUSTOS E PERDAS EXTRAORINÁRIAS	46		622.786		302.491
	(E)		398.281.551		375.642.531
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO	6		2.579.602		2.117.073
	(G)		400.861.153		377.759.604
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			7.801.782		7.133.354
			408.662.935		384.892.958
PROVEITOS E GANHOS	Notas	2006		2005	
VENDAS					
Mercadorias		293.771.921		270.540.524	
Produtos		68.843.767		73.807.470	
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	44	20.045.216	382.660.904	19.103.356	363.451.350
VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO	42		809.520		-2.338.605
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA				65.000	
PROVEITOS SUPLEMENTARES		20.531.137		18.233.556	
SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO		1.386.894		1.795.015	
REVERSÃO AMORTIZAÇÕES E AJUST.	21	845.142	22.763.173		20.093.571
	(B)		406.233.597		381.206.316
RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL		478.049		1.064.881	
RENDIMENTOS DE TÍTULOS NEG. E OUTRAS APLIC. FIN.					
Outros		944		1.082	
OUTROS JUROS E PROVEITOS SIMILARES					
Outros	45	415.129	894.122	402.748	1.468.711
	(D)		407.127.719		382.675.027
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	46		1.535.216		2.217.931
	(F)		408.662.935		384.892.958
RESUMO:					
Resultados Operacionais (B)-(A) =			13.968.270		1.0268.601
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A) =			-4.499.316		-2.933.614
Resultados Correntes (D)-(C) =			9.468.954		7.334.987
Resultados Antes de Impostos (F)-(E) =			10.381.384		9.250.427
Resultado Líquido do Exercício (F)-(G) =			7.801.782		7.133.354



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, e que tem como actividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados; a importação e venda de equipamento industrial de movimentação de cargas. Adicionalmente, a Empresa exerce a actividade de tratamento de superfície que abrange a pintura industrial e a lacagem dos ramos civil e auto. As suas acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

A Toyota Caetano encabeça um Grupo cujas empresas, essencialmente dedicadas ao ramo automóvel, estão descritas na Nota 16, juntamente com outra informação financeira.

Entretanto e por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006 e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006 foi decidido alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios não Toyota detidos directa e indirectamente pela Empresa como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006).

Como sequência lógica do atrás exposto foi também por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 22 de Dezembro de 2006 decidido entre outros assuntos alterar a denominação social da Empresa para Toyota Caetano Portugal SA.

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e aquelas que não estão incluídas neste anexo ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente anexo encontram-se expressos em Euros.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, constituídas por despesas de expansão, trespasses e despesas de investigação e desenvolvimento, estas últimas, constituídas principalmente por despesas com o desenvolvimento tecnológico e com estudos e concepção de protótipos, são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição podendo encontrar-se reavaliadas de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções.....	20-50
- Equipamento básico.....	7-16
- Equipamento de transporte	4-5
- Ferramentas e utensílios	4-14
- Equipamento administrativo.....	3-14
- Taras e vasilhame.....	5-11
- Outras imobilizações corpóreas.....	4-8



Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de imobilizações corpóreas ainda não amortizadas não serão igualmente aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do Grupo Salvador Caetano detidas a mais de 20%, conforme constam da Nota 16, encontram-se registados ao custo de aquisição, estando constituída uma provisão associada aos investimentos com risco, a qual foi registada por contrapartida da rubrica de Capital Próprio “Ajustamentos de Partes de Capital em Associadas”, em conformidade com o POC.

A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa na demonstração de resultados do exercício em que os dividendos são recebidos (Nota 45).

e) Existências

As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Encontra-se também constituída uma provisão para depreciação de existências tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas.

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

f) Provisões

Esta rubrica inclui o remanescente da provisão constituída em exercícios anteriores nos termos do “ex - Código da Contribuição Industrial” e é mantida para fazer face a riscos marginais de cobranças duvidosas próprias, depreciação de existências ou outros de natureza diversa. Para além desta encontra-se constituída uma Provisão para Outros Riscos e Encargos tendo por objectivo fazer face ao eventual risco de incobrabilidade de contas correntes em empresas participadas, bem como a cobertura de contingências fiscais.

g) Subsídios

Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas são registados, na rubrica de Proveitos Diferidos, quando recebidos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos operacionais nos exercícios em que são recebidos.

h) Especialização de exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” (Nota 51).

i) Indemnizações ao pessoal

A Empresa tem como política registar como um custo operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbios vigentes nas datas dos balanços



publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

k) Impostos diferidos

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28/01, a Empresa reconhece nas demonstrações financeiras nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” os activos e passivos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e de tributação (Notas 6 e 51).

6. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996 espera-se para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros compensatórios.

Simultaneamente, em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se no exercício de 2006 notas de liquidação adicionais em IRC no montante de Euros 490.785, para as quais tinha sido constituída nos exercícios anteriores uma provisão (Notas 34 e 46).

Como resultado da alteração introduzida em Portugal pela “Lei das Finanças Locais” sobre as normas de cálculo da derrama, a vigorar a partir de 2007, durante o exercício de 2006 a Empresa procedeu à alteração de taxa de imposto sobre o rendimento para efeito de cálculo de activos e passivos por impostos diferidos, passando a utilizar a taxa de 26,5%.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, pode ser resumido como segue Débitos/(Créditos):

Saldo em 31 de Dezembro de 2006				
	Imposto diferido activo (Nota 51)	Imposto diferido passivo (Nota 51)	Reflectido em resultados	Reflectido em Capitais Próprios (Nota 40)
Provisões constit. e não aceites como custos fiscais	1.132.571		232.414	
Alteração taxa de tributação			42.739	
40% das amortiz. resultantes das reav. legais efectuadas		(208.749)	(37.960)	
Alteração taxa de tributação				(7.878)
Efeito do reinvest. de mais valias geradas c/ alienações de imobiliz.		(697.976)	(92.329)	
Alteração taxa de tributação			(26.339)	
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente		(301.159)	(40.576)	
Alteração taxa de tributação			(11.364)	
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000		(55.006)	55.006	
	1.132.571	(1.262.890)	121.591	(7.878)

Adicionalmente, a rubrica da demonstração de resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como segue:

Imposto sobre o rendimento de exercício de 2006 (Nota 49)	2.458.011
Impostos diferidos líquidos no exercício de 2006	121.591
	2.579.602



7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SALVADOR CAETANO

O número médio de pessoal nos exercícios de 2006 e 2005 foi o seguinte:

	Dez 06	Dez 05
Empregados	523	538
Pessoal afecto à Produção	294	293
	817	831

8. DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe desta rubrica é como segue:

Despesas de investigação e desenvolvimento:

Estudos e protótipos de novo modelo do mini-autocarro Óptimo	540.901
Estudo de novo modelo Dyna	1.397.354
Estudo ambiental	114.285
Acompanhamento da candidatura ao SIME	20.410
Participação em Certames Internacionais	145.321
Amortizações acumuladas	(2.005.046)
Total	213.225

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2006, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e nos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

ACTIVO IMOBILIZADO

	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	1.233.448	61.898			1.295.346
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	1.977.160	241.111			2.218.271
Trespases	983.568				983.568
	4.194.176	303.009			4.497.185
Imobilizações corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais	13.734.183		1.499.700		12.234.483
Edifícios e Outras Construções	62.311.125	292.796		80.982	62.684.903
Equipamento Básico	42.511.820	3.079.466	41.995	814.800	46.364.091
Equipamento de Transporte	12.012.628	5.846.198	4.070.854		13.787.972
Ferramentas e Utensílios	8.410.104	373.897	8.789		8.775.212
Equipamento Administrativo	6.382.143	159.641	28.248		6.513.536
Outras Imobilizações Corpóreas	3.337.791	57.844	100.600		3.295.035
Imobilizações em Curso	2.642.268	468.837	574.217	-895.782	1.641.106
	151.342.062	10.278.679	6.324.403		155.296.338
Investimentos financeiros					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	39.944.904				39.944.904
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	5.977.425				5.977.425
Empréstimos a Empresas do Grupo	22.531.969			-2.687.378	19.844.591
	68.454.298			-2.687.378	65.766.920



AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

	Saldos iniciais	Aumentos	Alienações	Transf. e abates	Saldos finais
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de Instalação	1.211.410	74.409			1.285.819
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	1.785.151	219.895			2.005.046
Trespases	983.568				983.568
	3.980.129	294.304	-	-	4.274.433
Imobilizações corpóreas					
Edifícios e Outras Construções	41.159.864	2.425.968			43.585.832
Equipamento Básico	31.126.851	2.462.617	23.339		33.566.129
Equipamento de Transporte	6.917.022	2.507.696	1.929.173		7.495.545
Ferramentas e Utensílios	8.183.845	285.645	8.657		8.460.833
Equipamento Administrativo	6.013.665	165.246	28.248		6.150.663
Outras Imobilizações Corpóreas	2.365.296	184.573	46.344		2.503.525
	95.766.543	8.031.745	2.035.761	-	101.762.527
Investimentos financeiros					
Partes de Capital em Emp.do Grupo	21.613.709	805.999			22.419.708
Títulos e outras Aplicações Financeiras	1.496				1.496
Empréstimos a Emp. do Grupo	169.591				169.591
	21.784.796	805.999	-	-	22.590.795

O aumento ocorrido no exercício de 2006 nos ajustamentos na rubrica “Partes de Capital em Empresas do Grupo” diz respeito à constituição de um ajustamento para as participações financeiras nas empresas participadas Salvador Caetano Moçambique SARL e TRASCOM SARL , a qual foi registada por contrapartida de capital próprio (Notas 21 e 40).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro; Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho; Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro; Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio; Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril; Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro; Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro; Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações derivado das reavaliações legais efectuadas não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), tendo a Empresa calculado e registado os respectivos passivos por impostos diferidos (Nota 6).

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação líquida das amortizações acumuladas em 31 de Dezembro de 2006 é o seguinte:

	Custos Históricos	Reavaliações	Saldos reavaliados
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e Recursos Naturais	6.629.922	5.604.561	12.234.483
Edifícios e Outras Construções	17.163.789	1.935.282	19.099.071
Equipamento Básico	12.771.968	25.994	12.797.962
Equipamento de Transporte	6.292.427		6.292.427
Ferramentas e Utensílios	314.379		314.379
Equipamento Administrativo	362.873		362.873
Outras Imobilizações Corpóreas	791.510		791.510
Imobilizações em Curso	1.641.106		1.641.106
	45.967.974	7.565.837	53.533.811



14. LOCALIZAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor global das imobilizações corpóreas e em curso afecta a cada uma das actividades da Empresa é como segue:

	Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
Unidade Fabril de Gaia	55.858.195	903.473	56.761.668
Unidade Fabril de Ovar	37.091.565	400.595	37.492.160
Delegação de Lisboa / U.F.Carregado	60.705.472	337.038	61.042.510
	153.655.232	1.641.106	155.296.338

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

A relação das empresas do Grupo e Associadas com indicação da sede, fracção do capital detido, capitais próprios e resultado líquido em 31 de Dezembro de 2006 são como segue:

	Capital Detido a 31.12.2006	Capitais Próprios a 31.12.2006	Resultados Líquidos a 31.12.2006	Valor de Balanço a 31.12.2006
EMPRESAS DO GRUPO				
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA.	99,98%	23.292.864	530.000	4.488.183
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
Salvador Caetano - Comércio de Automóveis, SA.	92,89%	47.230.775	1.120.073	9.868.048
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
Salvador Caetano España, SA.	99,23%	1.064.268	88.102	0
Ctra. de Andalucía (N-IV), Km 31,800				
Ciempozuelos - España				
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	GBP 2.240.516	GBP 327.492	24.195.690
Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire				
United Kingdom				
Steia - Soc. Técn Equipam. Industriais e Acessórios, SARL				204.507
Bissau				
Guiné-Bissau				
Salvador Caetano Moçambique, SARL	63,33%	MMZM -24.336	MMZM -3.680	724.983
Av. Silva Cunha - Parcela 149 - Matola - Maputo				
Moçambique				
Salvador Caetano Coachbuilders Ltd.	99,82%	GBP -203.762	GBP 230.364	0
Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire				
United Kingdom				
Reliant Coaches Ltd.	99,82%	GBP -30.765	GBP -17.097	0
Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire				
United Kingdom				
Cabo Verde Motors	99,99%	MCVE 300.231	MCVE 93.211	463.493
Terra Branca - Praia				
Cabo Verde				
Forcabo Veículos Automóveis, Lda.	99,91%	MCVE 108.110	MCVE 49.557	0
Praia				
Cabo Verde				
Salvador Caetano - Aluguer Automóveis, SA.	99,98%	480.850	-382.786	0
Rua José Mariani, 164 - Santa Marinha				
Vila Nova de Gaia				
Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, SA	73,98%	8.467.926	3.354.215	0
Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia				
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA.	99,98%	1.549.060	699.700	0
Rua da Pereiras, 275				
Vila Nova de Gaia				
Portianga - Comércio Internacional e Participações, SA.	99,98%	8.186.329	305.879	0
Rua Campo Alegre, 1307 - Cave				
Porto				
Robert Hudson, Ltd.	99,98%	USD 7.426.000	USD 552.255	0
Rua Major Kanyangulu, 72 - Luanda				
Angola				



Empresas Associadas	Capital Detido a 31.12.2006	Capitais Próprios a 31.12.2006	Resultados Líquidos a 31.12.2006	Valor de Balanço a 31.12.2006
Contrac, GmbH Max-Planck-Ring, 43 - Wiesbaden Alemanha	33,33%	6.002.573	2.652.211	0
Auto Partner SGPS, SA Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,45%	2.433.405	-15.097	0
Auto Partner - Comercio Automóveis, SA Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,45%	868.953	-5.466	0
Auto Partener II-Rep C Automoveis SA Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia	46,45%	-569.441	-385.233	0

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo e Associadas acima referidas, e que em 31 de Dezembro de 2006 se encontram reflectidas nas rubricas do balanço “Clientes, c/c”, “Fornecedores, c/c” e “Empréstimos a empresas do Grupo” podem ser resumidos como segue:

- Contas a receber	
. Curto prazo.....	45.047.488
. Médio e Longo Prazo.....	3.622.515
- Contas a pagar	3.196.933
- Empréstimos concedidos	
. Saltano, SA.....	19.675.000
. Steia, SA.....	169.591

21. MOVIMENTO OCORRIDO NOS AJUSTAMENTOS

Durante o exercício de 2006, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de ajustamentos:

	Saldos iniciais	Aumentos	Transferências	Utiliz. e Revers.	Saldos finais
Investimentos Financeiros	21.784.796	805.999			22.590.795
Cobrança Duvidosa	4.688.697			63.499	4.625.198
Depreciação Existencias	2.045.141			845.141	1.200.000
	28.518.634	805.999		908.640	28.415.993

O aumento ocorrido nos ajustamentos para investimentos financeiros diz respeito à constituição de provisão para cobrir integralmente os activos registados nas contas da Empresa relativamente às participações nas empresas sedeadas em Moçambique, Salvador Caetano Moçambique SARL e TRASCOM SARL, a qual foi registada por contrapartida de capitais próprios “Ajustamentos de partes de capital em associadas” (Notas 10 e 40).

23 . DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa encontram-se incluídas na rubrica própria e pelo valor de Euros 5.732.498.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto a Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

De acordo com estudos actuariais realizados pela sociedade gestora do Fundo, a Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo. No



exercício de 2006 essa contribuição ascendeu a aproximadamente, 547 milhares de Euros, permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2006, a aproximadamente, 18,5 milhões de Euros, correspondentes ao fundo mínimo legalmente estabelecido pelo ISP- Instituto de Seguros de Portugal. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente respeitantes à Empresa ascendem em 31 de Dezembro de 2006 a, aproximadamente, 19,9 milhões de Euros.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 77/73 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

O movimento das responsabilidades do Fundo no exercício de 2006 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 31 Dezembro 2005	17.792.982
Custo dos serviços correntes	354.655
Custo dos juros	703.224
Ganhos e perdas actuariais	2.006.862
Pagamentos de Pensões	(917.823)
Responsabilidades em 31 Dezembro 2006	19.939.900

O movimento da situação patrimonial do fundo durante o exercício de 2006 foi como segue:

Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2005	17.884.577
Contribuições	547.204
Retorno real dos activos do plano	774.637
Pagamentos de Pensões	(917.823)
Valor do fundo em 31 de Dezembro de 2006	18.288.595

Gostaríamos no entanto salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura Fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um fundo de “benefício definido” a um fundo de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados, uma vez que o nível mínimo de financiamento se encontra coberto.

Outros Compromissos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha assumido outros compromissos financeiros como segue:

RESPONSABILIDADES	Valor
Por Fianças Prestadas	20.356.789

32. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa tinha solicitado a emissão responsabilizando-se por garantias bancárias destinadas à cobertura de linhas de crédito a utilizar por algumas das empresas do Grupo e Associadas a saber:

ENTIDADE BENEFICIÁRIA DA GARANTIA	Empresa Grupo/Assoc.		Valor
	Salvador Caetano (UK), Ltd.		
Lloyd's Bank PLC	Salvador Caetano Coachbuilders Ltd.	£	2.000.000
Deutsche Bank AG	Contrac, GmbH	€	2.500.000



34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2006, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Saldos iniciais	Aumentos Utiliz. (Nota 46)	Transferências	Saldos finais
Provisões para Outros Riscos e Encargos	5.043.829	490.786		4.553.043

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

- Fogeca – Gestão e Controle (S.G.P.S.), S.A.	60%
- Toyota Motor Corporation.....	27%

40. VARIAÇÃO NAS RÚBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro 2006, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

	Saldos iniciais	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldos finais
Capital	35.000.000				35.000.000
Ajustamento Partes Capital Associadas	-21.409.201		-805.999		-22.215.200
Reservas de Reavaliação	6.187.306	7.878			6.195.184
Reserva Legal	6.208.803			360.000	6.568.803
Reservas Livres	71.731.295			2.138.354	73.869.649
Resultado Líquido do Exercício	7.133.354	7.801.782	-4.635.000	-2.498.354	7.801.782

A diminuição ocorrida nos capitais próprios no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ficou a dever-se à deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 28 de Abril de 2006, de distribuir dividendos no montante de Euros 3.500.000 e de distribuir gratificações aos colaboradores e corpos sociais da Empresa no montante de Euros 1.135.000. Os movimentos de transferências resultam da aplicação do resultado do exercício de 2005 já anteriormente mencionado. A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

As reservas de reavaliação resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no exercício de 2006 é como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas Subsid. e de Consumo	Total
Existências Iniciais	48.520.281	12.612.520	61.132.801
Compras	238.191.276	61.551.169	299.742.445
Existências finais	42.409.482	15.008.139	57.417.621
	244.302.075	59.155.550	303.457.625



42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício de 2006 é como segue:

	Produtos Acabados e Intermédios	Matérias-primas Subsid. e de Consumo	Total
Existências Finais	4.742.535	5.556.976	10.299.511
Existências Iniciais	3.576.549	5.913.442	9.489.991
	1.165.986	-356.466	809.520

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foram como segue:

ÓRGÃOS SOCIAIS	Valor
Conselho de Administração	774.183
Fiscal Único	38.900

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o exercício de 2006 foi como segue:

	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Viaturas Ligeiras	265.733.012	32.337.829	298.070.841
Veículos Pesados	8.286.184	7.300.931	15.587.115
Máquinas Industriais	8.945.087	168.420	9.113.507
Peças e Acessórios	37.865.137	1.979.088	39.844.225
Outros	19.697.960	347.256	20.045.216
	340.527.380	42.133.524	382.660.904

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os resultados financeiros têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	Dez 06	Dez 05
Juros Suportados	4.893.623	3.813.390
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	52.503	89.405
Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos	28.818	102.828
Outras Custos e Perdas Financeiros	418.494	396.702
Resultados Financeiros	-4.499.316	-2.933.614
	894.122	1.468.711
PROVEITOS E GANHOS	Dez 06	Dez 05
Juros Obtidos	294.927	295.770
Rendimentos de Participações	478.049	1.064.881
Diferenças de Câmbio Favoráveis	102.048	87.094
Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos	18.978	20.870
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	120	96
	894.122	1.468.711



46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	Dez 06	Dez 05
Donativos	31.775	63.499
Perdas em Existências	58.429	99.319
Perdas em Imobilizações	54.362	54.076
Multas e Penalidades	24.467	37.334
Outros Custos e Perdas Extraordinários	453.753	48.263
Resultados Extraordinários	912.430	1.915.440
	1.535.216	2.217.931
PROVEITOS E GANHOS	Dez 06	Dez 05
Restituição Impostos		283.555
Recuperação de Dívidas	6.677	
Ganhos em Existências	192.928	482.174
Ganhos em Imobilizações	821.952	1.256.382
Reduções Amortizações e Provisões (Nota 34)	490.786	195.820
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	22.873	
	1.535.216	2.217.931

48. TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras minoritárias em empresas com capital cotado em Bolsa, encontram-se registadas ao custo de aquisição e as mais-valias potenciais, não reflectidas no balanço, ascendem, em 31 de Dezembro de 2006, a aproximadamente Euros 9.843.374.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 31 de Dezembro de 2006, não inclui dívidas em situação de mora, sendo as principais componentes, como segue:

	Valor
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (estimado) (Nota 6)	2.458.011
Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (retenções na fonte suportadas)	-1.690.682
Imposto Automóvel	3.600.923
Direitos Aduaneiros	1.359.393
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	7.842.483
Outras Contribuições e Impostos	702.271
	14.272.399



50. EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES E DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 11 de Junho de 2002, a Salvador Caetano contraiu um empréstimo obrigacionista no montante de 15.000.000 Euros, por um prazo de cinco anos, com um valor nominal de 10 Euros por obrigação, à taxa indexada Euribor a 6 meses acrescida de 1,15%. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, tendo-se vencido o primeiro cupão em 11 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado através de 4 prestações iguais nas datas de pagamento dos 4º, 6º, 8º e 10º cupão, podendo ser efectuado o reembolso total ou parcial antecipado do seguinte modo:

- “Call Option” - a partir da segunda data de pagamento de juros (Jun’2003).
- “Put Option” - a partir da sexta data de pagamento de juros (Jun’2005).

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos empréstimos por obrigações e das dívidas a instituições de crédito era como segue:

Curto Prazo

Empréstimos por obrigações:

Salvador Caetano '02	3.750.000
----------------------------	-----------

Dívidas a instituições de crédito:

Papel Comercial	47.200.000
Financiamentos correntes	19.260.000
Outros Empréstimos	11.750.000
.....	78.210.000

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe destas rubricas era como segue:

Acréscimos de Proveitos

Comparticipação das concessões em campanhas de promoção de vendas.....	191.776
Outros.....	7.954
.....	199.730

Custos diferidos

Activos por impostos diferidos (Nota 6)	1.132.571
Juros.....	453.184
Seguros.....	209.919
Conservação plurianual.....	55.648
Outros.....	115.230
.....	1.966.552

Acréscimos de custos

Encargos com férias e subsídios de férias e Natal	2.578.657
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.655.988
Campanhas de promoção de vendas	1.184.904
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	1.262.890
Garantias	863.580
Juros a liquidar	800.474
Publicidade	338.150
Royalties	106.698
Seguros.....	61.002
Outros.....	2.253.474
.....	11.105.817



Proveitos diferidos:

Juros debitados a clientes	252.639
Outros.....	835.053
.....	1.087.692

52. VEICULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

53. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decorrente do processo de reestruturação mencionado na Nota Introdutória, o qual foi devidamente comunicado ao mercado através de uma Comunicação de Facto Relevante no dia 13 de Outubro de 2006, nos termos do disposto no art. 248 do Código dos Valores Mobiliários, foram por esta empresa alienadas directamente ou através de empresas suas participadas as seguintes participações/activos:

PARTICIPAÇÕES	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR
directa de Toyota Caetano Portugal SA		
Transcom, SARL	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
Salvador Caetano (Moçambique), SARL	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
directa de Saltano (SGPS) SA		
Salvador Caetano España, SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1.006.000
Caetanobus-Fabricação Carroçarias, SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	4.880.000
Portianga-Comercio Internacional e Paerticipações, SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	6.710.000
Contrac GMBH	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1.233.000
Global S (SGPS), SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
directa de Cabo Verde Motors, SARL		
Indicabo-Veiculos Automoveis, Lda	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
Forcabo-Veiculos Automóveis, Lda	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	712.000
directa de Salvador Caetano-(UK), Ltd		
Reliant Coaches Ltd	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
SC Coachbuilders Ltd	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	3.106.000
ACTIVOS	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR
Divisão Fabril Carregado	Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, SA	8.850.000

Cumpre-nos ainda informar que da concretização deste processo de reestruturação e em termos globais, directa ou indirectamente falando, não resultarão menos valias para a Empresa.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2006	2005
1 Vendas e prestações de serviços	382.660.904	363.451.350
2 Custo das vendas e prestações de serviços	332.606.467	311.862.898
3 Resultados Brutos	50.054.437	51.588.452
4 Outros proveitos operacionais	4.620.182	2.316.048
5 Custos de distribuição	31.801.188	33.358.516
6 Custos administrativos	8.371.400	8.361.942
Resultados Operacionais	14.502.031	12.184.042
7 Rendimentos de participações de capital:		
Relativos a empresas interligadas		
Relativos a outras empresas	478.049	1.064.881
8 Rendimentos de títulos neg. e outras aplicações fin.:		
Relativos a empresas interligadas		
Outros	944	1.081
9 Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas interligadas		
Outros	293.983	402.748
10 Amort. e prov. de aplic. e investimentos fin.		
11 Juros e custos similares:		
Relativos a empresas interligadas		
Outros	4.893.623	4.402.325
Resultados Correntes	10.381.384	9.250.427
14 Proveitos e ganhos extraordinários		
15 Custos e perdas extraordinários		
Resultados Antes de Impostos	10.381.384	9.250.427
Imposto sobre o rendimento do exercício	2.579.602	2.117.073
19 Resultado Líquido do Exercício	7.801.782	7.133.354
Resultado Líquido por Ação	0,22	0,20



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	492.096.329	479.608.422
Pagamentos a Fornecedores	-421.673.726	-377.233.085
Pagamentos ao Pessoal	-16.008.916	-14.972.357
Fluxo gerado pelas Operações	54.413.687	87.402.980
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-2.314.270	-2.887.275
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	-40.371.355	-36.619.926
Fluxo gerados antes das Rubricas Extraordinárias	11.728.062	47.895.779
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	267.981	571.849
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias	-97.024	-100.869
Fluxo das Actividades Operacionais	11.899.019	48.366.759
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações Financeiras	2.687.378	
Imobilizações Corpóreas	4.531.665	4.386.754
Juros e Proveitos Similares	2.447	1.167
Dividendos	478.049	1.064.881
	7.699.539	5.452.802
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros		-15.079.513
Imobilizações Corpóreas	-6.214.582	-8.620.511
Imobilizações Incorpóreas	-268.700	-226.774
	-6.483.282	-23.926.798
Fluxo das Actividades de Investimento	1.216.257	-18.473.996
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	-3.545.800	-31.152.750
Amortização de Contratos de Locação Financeira		
Juros e Custos Similares	-4.619.712	-3.004.446
Dividendos	-3.531.201	-2.100.720
	-11.696.713	-36.257.916
Fluxo das Actividades de Financiamento	-11.696.713	-36.257.916
CAIXA E EQUIVALENTES		
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	2.463.108	8.828.261
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	3.881.671	2.463.108
Variação de Caixa e seus equivalentes	1.418.563	-6.365.153



ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2006	2005
Numerário	104.750	104.750
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	3.763.802	2.353.398
Equivalentes a Caixa	13.119	4.960
Caixa e Seus Equivalentes	3.881.671	2.463.108
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	3.881.671	2.463.108

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente ;

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



RELATÓRIOS DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas e Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o referido no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele incluída, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 14 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano - Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 261.308.214 Euros e capitais próprios de 107.220.218 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.801.782 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3.d) do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A Empresa irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Porto, 14 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves



RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

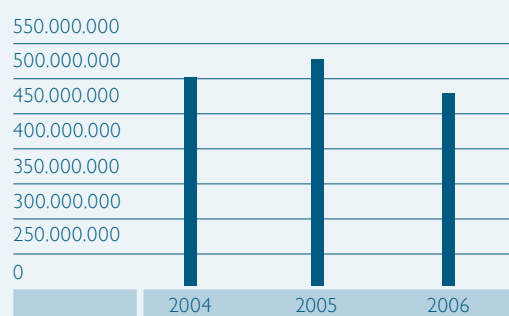


INDICADORES PRINCIPAIS

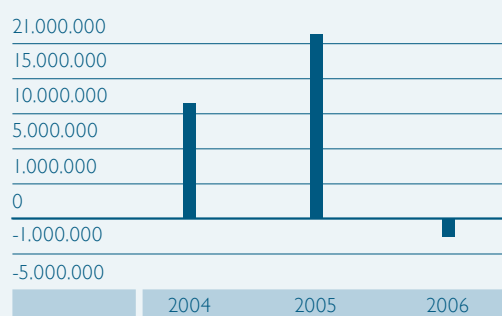
	(Euros)		
	DEZ '06	DEZ '05	DEZ '04
Vendas	484.693.216	532.730.811	500.956.767
Cash-flow bruto	36.354.125	28.740.639	28.957.143
Encargos financeiros líquidos	5.582.600	5.935.516	8.779.069
Custos com o pessoal	49.030.958	64.209.028	60.654.179
Investimento líquido	-1.153.764	21.698.896	11.661.443
Volume de emprego	2.936	3.021	3.186
Resultado líquido com int minoritarios	14.801.121	4.588.386	5.467.921
Resultado líquido sem int minoritarios	14.707.295	4.771.339	5.008.326
Grau de autonomia financeira	35,53%	33,97%	31,64%



VENDAS



INVESTIMENTO LÍQUIDO





RELATÓRIO CONSOLIDADO



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

Conforme oportuna divulgação ao mercado, a Toyota Caetano Portugal, S.A. surge como a nova designação da Salvador Caetano Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A., cujo nome foi adoptado em 1966 após a alteração da original Martins & Caetano, Lda., fundada em 1946.

A renomeação da Salvador Caetano I.M.V.T., S.A. para Toyota Caetano Portugal, S.A. tem subjacente um processo de reestruturação que visa a concentração do negócio Toyota no Grupo. Todas as unidades de negócio, participadas pela Toyota Caetano Portugal, que não estejam directa ou indirectamente ligadas à Toyota, a partir de 2007, não farão parte do perímetro deste Grupo.

ENQUADRAMENTO

Em 2006 a economia portuguesa ficou marcada por um crescimento do Produto Interno Bruto, fruto do comportamento registado nas Exportações, mas insuficiente para acompanhar a média europeia.

A subida das taxas de juro, indexada ao preço do petróleo, e o aumento significativo da taxa de desemprego foram factores que condicionaram o aumento de confiança dos consumidores e empresários, levando à redução do Investimento.

No quadro abaixo evidencia-se o comportamento de alguns indicadores macroeconómicos registados na economia portuguesa nos anos de 2005 e 2006.

	2005	2006
PIB	0,3%	1,2%
Procura Interna	0,6%	0,1%
Exportações	0,9%	9,3%
Importações	1,7%	4,3%

Fonte: Banco de Portugal

As perspectivas para o ano de 2007 apontam para um crescimento da economia superior ao verificado em 2006, no entanto, ainda afastado dos países da zona euro.

O aumento do consumo privado, sustentado por uma melhoria do rendimento disponível, aliado a um abrandamento da subida das taxas de juro, permite antever uma ligeira expansão económica.

MERCADO NACIONAL

O desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, na sua essência ligado ao sector automóvel, deverá ser avaliado tendo em conta a evolução deste sector.

Assim, num quadro de um ténue ressurgimento da economia portuguesa, o sector automóvel continua a contrariar essa inversão de ciclo, tendo registado uma quebra de 4,8%, face a igual período de 2005. Neste contexto, a marca Toyota, representada pelo Grupo, com um comportamento contrário ao mercado aumentou as suas vendas em 7% tendo sido a marca que mais cresceu comparativamente às suas mais directas concorrentes. Desta forma, colocar a Toyota no ranking das 5 marcas mais vendidas em Portugal, em 2010, é um objectivo cada vez mais próximo de alcançar.

Decorrente da aprovação do Orçamento de Estado para 2007, a carga fiscal sobre os veículos automóveis será desagravada pelo que se estima que este facto seja potenciador de crescimento do mercado automóvel.

Fazemos agora uma breve referência a cada uma das empresas operacionais do Grupo Toyota Caetano Portugal com sede no mercado nacional:



TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.

Globalmente, a actividade da Toyota Caetano Portugal, em 2006, caracterizou-se por um bom desempenho dos diferentes sectores da empresa, nomeadamente no que se refere à manutenção dos índices de qualidade de serviço na unidade fabril do Carregado, à continuidade dada ao projecto de transferência da produção do modelo Toyota Dyna do Japão para Portugal e ao aumento de vendas de viaturas Toyota que proporcionaram um aumento de quota de mercado.

O lançamento do modelo IS 220d, primeiro modelo da Lexus a diesel, associado ao bom desempenho dos modelos híbridos da marca fizeram com que em 2006 fossem vendidas 365 viaturas Lexus, o que representa um crescimento de 576% face ao ano de 2005.

Em 2007, com o lançamento do modelo Auris e da nova geração Corolla, a Toyota Caetano Portugal mantém a expectativa de continuar a ganhar quota de mercado, rumo ao objectivo de em 2010 a Toyota estar entre as 5 marcas mais vendidas em Portugal.

De forma a fazer uma abordagem global da evolução do negócio, elegeu-se um painel de indicadores, traduzidos no quadro abaixo, comuns a todas as empresas do Grupo e apresentados na unidade monetária Euro.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	363.451.350	382.660.904	5,29%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	19.172.900	22.124.924	15,40%
E.B.I.T.	12.184.041	14.880.701	22,13%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	9.250.427	10.381.384	12,23%

Nota: No âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, a unidade fabril do Carregado será constituída como unidade autónoma de negócio.

CAETANOBUS – FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS, S.A.

Através de uma parceria estabelecida entre o Grupo Salvador Caetano e a Evobus foi criada a empresa Caetanobus cuja actividade se encontra exclusivamente centrada na fabricação de carroçarias para autocarros.

O processo de reestruturação levado a cabo nos dois últimos exercícios, com vista à adaptação da empresa ao mercado, permitiu uma significativa melhoria de produtividade, sempre assente em níveis elevados de qualidade.

Em 2006, a boa aceitação dos modelos Cobus e Tourino com vendas de 261 e 174 unidades, respectivamente, foi fundamental para globalmente se terem facturado 575 autocarros.

Perante a carteira de encomendas que a empresa já dispõe para 2007, o objectivo de vendas aponta para 600 autocarros, estando 80% concentrado no Cobus e Tourino. Com este nível de facturação é previsível a manutenção dos resultados obtidos em 2006.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	46.384.766	63.003.860	35,83%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.650.165	5.588.724	238,68%
E.B.I.T.	-23.121	3.875.054	16859,89%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-485.542	3.416.517	803,65%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

SALVADOR CAETANO – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.

No Grupo Toyota Caetano Portugal, as vendas de retalho automóvel das marcas Toyota e Lexus encontram-se sob a responsabilidade da Salvador Caetano Comércio de Automóveis, quer directamente quer através da sua participada, Autopartner Comércio de Automóveis, recentemente criada em parceria com o Grupo Fernando Simão.

Com o objectivo de obtenção de sinergias operacionais na área de reparação automóvel e novamente em parceria com o Grupo Fernando Simão, foi criada a Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel.

Em 2006, num quadro de retração do mercado de viaturas ligeiras mas onde a Toyota evidenciou um crescimento de 13%, a Salvador Caetano Comércio de Automóveis respondeu por 72% das viaturas vendidas.

A sua participada, Autopartner Comércio de Automóveis registou vendas de 14 milhões de Euros, mais 21% do que em 2005, no entanto, esta dimensão ainda não é a suficiente para gerar resultados positivos. Este, traduziu-se num prejuízo de 3 mil Euros. Relativamente à Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel, com perdas de 385 mil Euros, o seu volume de negócios situou-se em 4,5 milhões de Euros.

Com a alteração prevista da carga fiscal sobre as viaturas e o lançamento do novo modelo Auris, a Salvador Caetano Comércio de Automóveis tem



expectativas positivas quanto à evolução do negócio.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	261.925.994	267.576.009	2,16%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	5.766.428	5.455.500	-5,39%
E.B.I.T.	967.234	1.281.589	32,50%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	1.115.492	1.665.460	49,30%

SALVADOR CAETANO – ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

A Salvador Caetano Aluguer de Automóveis assegura, no Grupo, a actividade de rent-a-car, com uma frota de viaturas e máquinas de movimentação de carga, essencialmente ligada à marca Toyota.

O forte incremento do volume de negócios em 2006 está associado a um crescimento da frota operacional de cerca de 60%, face a 2005, com especial incidência no segmento de subalugueres.

O efeito combinado do aumento de frota de subaluguer com a sazonalidade da actividade provocou um acréscimo significativo dos custos operacionais que só serão recuperados no ano de 2007.

Assim, para o ano em curso, a perspectiva da empresa é de manutenção do volume de negócios de 2006 e lucros de 455 mil Euros, tendo como premissas a manutenção da dimensão da frota e da sua taxa de ocupação que ronda os 100%.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	6.040.697	7.451.135	23,35%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	4.644.097	5.693.704	22,60%
E.B.I.T.	958.701	528.657	-44,86%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	171.036	-382.065	-323,38%

I.P.E. – INDÚSTRIA PRODUTORA DE ESPUMAS, S.A.

A IPE, com a sua actividade centralizada na produção de espumas e componentes para o ramo automóvel, encontra-se fortemente dependente de outras empresas do Grupo, nomeadamente da Caetanobus e da Toyota Caetano Portugal.

O crescimento verificado na área fabril de carroçarias para autocarros, do Grupo, proporcionou a evolução favorável registada ao nível das vendas, capaz de provocar a viragem nos resultados que a empresa vinha a registar. Tendo em conta as perspectivas traçadas pelos seus principais clientes, para 2007, a empresa está confiante de que no decorrer do exercício será possível alcançar resultados ao nível dos registados em 2006.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	7.719.808	8.746.100	13,29%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.511	1.074.238	70985,55%
E.B.I.T.	-275.575	794.391	388,27%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-326.492	704.344	315,73%

PORTIANGA – COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, S.A.

Com a sua actividade exclusivamente centrada nas empresas que detém em África, nomeadamente em Angola e Cabo Verde, a Portianga evidencia um crescimento de actividade como consequência directa da evolução favorável que as empresas com sede naqueles países têm evidenciado.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	10.009.500	14.760.246	47,46%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	589.001	851.003	44,48%
E.B.I.T.	607.339	932.221	53,49%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	367.668	308.968	-15,97%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.



MERCADO EUROPEU

No mercado europeu o Grupo Toyota Caetano Portugal está directamente relacionado com a actividade de produção, venda e assistência de autocarros. Nesta actividade, onde o turismo é factor crítico no crescimento da procura, alcançou-se um melhor desempenho ao longo de 2006 com especial relevo para o continuado sucesso do Cobus - autocarros para plataformas aeroportuárias.

Tendo em conta a presença do Grupo Toyota Caetano Portugal em diferentes países europeus faz-se uma breve referência a cada uma das empresas operacionais a operar em cada país:

ESPAÑHA

SALVADOR CAETANO ESPAÑA, S.A.

Com sede em Madrid, a Salvador Caetano Espanha tem como objecto social a comercialização de autocarros bem como a sua assistência de após venda.

A empresa ao vender 21 autocarros novos em 2006, registou um crescimento de 50% face a 2005, num segmento de mercado que regrediu 19%. Desta forma a Salvador Caetano Espanha viu a sua quota de mercado evoluir para 11%.

Para o exercício de 2007 e na ausência de situações capazes de provocar alterações no mercado, é expectativa da empresa continuar a sua expansão de forma moderada.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.394.880	3.073.424	28,33%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	122.169	157.705	29,09%
E.B.I.T.	66.045	127.440	92,96%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	68.890	133.797	94,22%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

INGLATERRA

SALVADOR CAETANO UK, LTD.

Em Inglaterra, o Grupo está representado pela Salvador Caetano UK sendo esta responsável pela comercialização de autocarros produzidos na Caetanobus, bem como a assistência de após venda na zona centro do país.

Em 2006 e após a reestruturação levada a cabo em exercícios anteriores, com a comercialização de um novo modelo desenvolvido pela Caetanobus, com especificidades relevantes para este mercado, foi possível potenciar as suas vendas. A contribuir para o forte incremento de resultado encontra-se uma mais valia de cerca de 3,2 milhões de Euros registada na alienação de activos.

A expectativa de vendas para 2007 é de 166 autocarros, mais 34% do que no exercício em análise, contando para isso com a parceria comercial estabelecida com a National Express.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	13.890.476	22.513.605	62,08%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-395.378	1.163.351	394,24%
E.B.I.T.	-610.371	985.911	261,53%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-1.284.444	481.197	137,46%
Taxa de Câmbio 1€ = 0,681 GBP			

CAETANO UK, LTD

A Caetano UK, anteriormente designada por Salvador Caetano Coachbuilders, situada em Waterlooville – Inglaterra, tem a sua actividade focalizada num importante centro de assistência a autocarros.

Após um longo período em que a empresa suportou custos acrescidos, com a reestruturação necessária para adaptar a estrutura da empresa à procura por parte do mercado, neste exercício a Caetano UK já entrou em zona de lucros tendo atingido um resultado de 338 mil Euros.



	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	5.979.087	6.845.433	14,49%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	239.769	-155.753	-164,96%
E.B.I.T.	318.303	490.379	54,06%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-217.899	338.483	255,34%
Taxa de Câmbio 1€ = 0,681 GBP			

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

RELIANT COACHES, LTD.

A operar na área de aluguer de autocarros a Reliant Coaches, empresa detida a 100% pela Salvador Caetano UK, tem vindo a perder dimensão pelo que actualmente a sua actividade poder-se-á considerar marginal.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	1.109.984	738.051	-33,51%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	108.158	9.551	-91,17%
E.B.I.T.	-47.239	10.212	121,62%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-93.009	-25.121	72,99%
Taxa de Câmbio 1€ = 0,681 GBP			

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

ALEMANHA

CONTRAC, GMBH

Com sede na Alemanha, esta empresa tem como objecto social a comercialização, para todo o mundo, dos autocarros para plataformas de aeroporto – Cobus, fabricados na Caetanobus.

Com um volume de negócios de 102 milhões de Euros e resultados antes de impostos de 4,5 milhões de Euros, a empresa excedeu as expectativas que havia traçado para o período em análise, o que reflecte a boa aceitação dos seus produtos pelo mercado.

Sendo expectável que as condições de mercado não se alterem no decorrer de 2007 a Contrac espera atingir um volume de negócios ao nível do alcançado em 2006, com idêntica rentabilidade.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	77.374.933	101.646.636	31,37%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	3.452.616	5.170.487	49,76%
E.B.I.T.	3.263.780	5.240.061	60,55%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	2.749.574	4.512.532	64,12%

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

MERCADO AFRICANO

O Grupo Toyota Caetano Portugal encontra-se presente em quatro países africanos, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné. Neste último as suas instalações encontram-se desactivadas. Cabo Verde e Angola, assumem-se cada vez mais como países com um nível de estabilidade política e económica merecedora da confiança dos agentes económicos, nomeadamente através da captação de investimento estrangeiro.



CABO VERDE

CABO VERDE MOTORS, S.A.

Em Cabo Verde, o Grupo encontra-se representado pela Cabo Verde Motors para a comercialização do produto Toyota, onde detém a liderança de vendas. O aumento do investimento nacional e estrangeiro, nomeadamente no sector de turismo, em conjugação com o prestígio que a empresa detém no mercado, fez com que esta registasse um crescimento exponencial do seu volume de negócios. Em 2006 as viaturas vendidas atingiram as 600 unidades, representando um crescimento de 69% face a 2005. Atendendo à evolução da economia cabo verdiana e à capacidade de captação de turistas que se tem feito notar no país, é de prever que, em 2007, o ritmo de crescimento da actividade da Cabo Verde Motors seja estável.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	8.985.853	14.137.893	57,34%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	1.004.628	1.577.887	57,06%
E.B.I.T.	582.214	1.174.766	101,78%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	541.708	1.208.246	123,04%
Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE			

FORCABO – VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, Lda.

A Forcabo, localizada na cidade da Praia - Cabo Verde, é responsável pela comercialização dos produtos da marca Ford. A assistência da marca é assegurada pela Cabo Verde Motors.

De realçar a crescente implementação da Ford em Cabo Verde, onde o modelo pickup assume especial relevância. Em 2006, a Forcabo vendeu 299 viaturas, mais 90% do que em 2005. Para 2007, a Empresa prevê conseguir assegurar os níveis de actividade alcançados no período em análise.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.667.759	4.925.306	84,62%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	293.393	689.718	135,08%
E.B.I.T.	241.970	662.674	173,87%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	231.894	647.456	179,20%
Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE			

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

ANGOLA

ROBERT HUDSON, LTD.

Com sede em Luanda - Angola, a Robert Hudson desenvolve a sua actividade na comercialização de veículos da marca Ford. Esta empresa, tem sabido aproveitar o período de prosperidade da economia angolana incrementando a sua actividade com uma boa rentabilidade. Em 2007 a empresa prevê a abertura de instalações em Malange e Huambo, bem como estabelecer contactos para a obtenção da representação de outras marcas.

	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	14.404.863	20.990.984	45,72%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	2.037.880	3.470.248	70,29%
E.B.I.T.	1.762.203	2.548.145	44,60%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	815.770	1.142.131	40,01%
Taxa de Câmbio 1€ = 1,24 USD			

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

MOÇAMBIQUE

SALVADOR CAETANO MOÇAMBIQUE, S.A.R.L.

Em Moçambique, o Grupo Toyota Caetano Portugal detém uma participação maioritária na empresa Salvador Caetano Moçambique, cujo objecto social é a construção, comercialização e reparação de carroçarias para autocarros.

Desde 2005, a empresa tem-se mantido sem actividade aguardando uma decisão de descontinuidade ou não de operações.



	2005	2006	VARIAÇÃO
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.811	623	-77,84%
E.B.I.T.D.A. OPERACIONAL	-38.039	-43.943	-15,52%
E.B.I.T.	-56.121	26.308	146,88%
RESULTADO ANTE IMPOSTOS	-186.948	-125.718	32,75%
Taxa de Câmbio 1€ = 29,287 MZM			

Nota: Esta empresa, no âmbito do processo de reestruturação oportunamente divulgado com vista à concentração da actividade do Grupo no negócio Toyota, não fará parte do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, em exercícios futuros.

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Conforme já referido, em Novembro de 2006, foi deliberado pelo Conselho de Administração, que todas as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal cuja actividade não estivesse directa ou indirectamente ligada à Toyota deixariam de pertencer a este perímetro. Por força desta decisão, e em conformidade com o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5, o Grupo, nestas contas consolidadas, apresenta de forma isolada numa rubrica de operações descontinuadas os activos e passivos correspondentes àquelas empresas, bem como os respectivos resultados.

Ainda que se tenha mantido inalterado o perímetro de consolidação do Grupo, a alteração provocada pela aplicação da norma referida no parágrafo anterior, provocou uma variação significativa nos indicadores de negócio face à informação divulgada em períodos anteriores.

Tendo em conta a comparabilidade de dados, o Grupo registou um crescimento de 6% no seu volume de negócios, atingindo 516 milhões de Euros. Para esta situação contou com o especial contributo da Cabo Verde Motors, da Salvador Caetano UK e da Salvador Caetano Comércio de Automóveis.

Os resultados operacionais consolidados de 24,9 milhões de Euros espelham as melhores performances registadas na globalidade das empresas com actividade continuada. Em 2005 o valor deste agregado foi de 12,8 milhões de Euros. Excluídos os resultados financeiros, chegamos a um resultado antes de impostos de operações continuadas de 19,3 milhões de Euros, sendo estes superiores aos alcançados no período homólogo de 2005 em 138%.

O conjunto de empresas de operações descontinuadas participa para o resultado antes de impostos consolidado com 1,6 milhões de Euros quando, no exercício anterior, teve um contributo negativo de 246 mil Euros. Para esta situação foi relevante o excelente desempenho registado na Caetanobus e Robert Hudson.

Globalmente, o resultado líquido consolidado do Grupo atingiu os 15,4 milhões de Euros, triplicando os obtidos no exercício de 2005. Deste montante cerca de um milhão de Euros respeitam a minoritários.

A preocupação constante do Grupo de ser detentor de uma estrutura financeira equilibrada encontra-se traduzida na redução do endividamento bancário e obrigacionista, face a 2005, no montante de 27 milhões de Euros. Em termos absolutos aquele agregado ascendeu a 114 milhões de Euros. Esta situação permitiu uma evolução favorável do Grau de Autonomia Financeira para 36% quando em 2005 se situou em 34%.

CONCLUSÕES

Em 2006, as empresas do Grupo com actividade industrial, muito direccionada para o mercado externo, deram um contributo positivo para o Valor Acrescentado do País. Para 2007, com a perspectiva de total utilização da capacidade produtiva instalada, esperam continuar a ser uma alavanca para o incremento das exportações, nomeadamente no sector de máquinas e equipamento de transporte.

Ao nível das empresas comerciais, a sua ligação ao sector automóvel leva a que alterações do sistema fiscal associado a este mercado e a evolução do preço do petróleo, sejam factores condicionantes da evolução mais ou menos favorável do sector. No entanto, o lançamento de novos modelos da Toyota, deverá ser condição suficiente para continuar a persecução do objectivo da marca.

Por último, cumpre-nos continuar a garantir a total satisfação dos nossos clientes, factor fundamental para os valores do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Vila Nova de Gaia, 16 de Março de 2007

O Conselho de Administração:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente;

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



BALANÇO CONSOLIDADO

			(Euros)
ACTIVO	Notas	31-12-2006	31-12-2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações incorpóreas	8	364.935	1.139.077
Imobilizações corpóreas	9	105.625.942	132.589.690
Propriedades de investimento	10	7.642.761	931.790
Investimentos em empresas associadas	11	1.098.968	2.691.701
Investimentos disponíveis para venda	11	16.967.025	12.774.764
Outras dívidas de terceiros	14	1.111.072	1.111.072
Activos por impostos diferidos	16	2.490.221	3.890.455
Clientes	13	1.902.854	217.051
Total de activos não correntes		137.203.778	155.345.600
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	12	95.098.164	110.683.519
Clientes	13	71.262.920	71.821.002
Outras dívidas de terceiros	14	5.199.020	7.440.593
Outros activos correntes	15	3.600.294	3.072.462
Caixa e equivalentes a caixa	17	8.805.848	16.333.258
Total de activos correntes		183.966.246	209.350.834
Activos não correntes detidos para venda	18	69.497.466	-
Total do activo		390.667.490	364.696.434



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31-12-2006	31-12-2005
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	19	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		6.568.803	6.208.803
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.187.307
Reservas de conversão		112.055	(331.840)
Reservas de conversão associadas a activos não correntes detidos para venda		(720.479)	-
Reservas de justo valor		7.234.880	4.013.129
Outras reservas		65.785.732	64.815.853
Resultado consolidado líquido do exercício		14.360.280	4.771.339
		134.536.455	120.664.591
Interesses minoritários	20	4.285.575	3.238.297
Total do capital próprio		138.822.030	123.902.888
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos bancários de longo prazo	21	8.000.000	30.706.403
Empréstimos obrigacionistas	21	-	3.750.000
Responsabilidades por pensões	26	3.862.549	4.664.998
Outros passivos não-correntes		1.266.073	29.997
Passivos por impostos diferidos	16	5.022.825	4.199.957
Total de passivos não corrente		18.151.447	43.351.355
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos bancários	21	102.730.286	103.758.798
Empréstimos obrigacionistas	21	3.750.000	3.750.000
Outros empréstimos		175.177	124.699
Fornecedores	23	44.308.643	53.194.215
Outras dívidas a terceiros	24	19.586.408	18.629.635
Outros passivos correntes	25	14.349.816	15.332.711
Provisões	27	1.960.090	2.074.250
Instrumentos financeiros derivados	22	97.195	577.883
Total do passivo corrente		186.957.615	197.442.191
Passivos associados a activos não-correntes para venda	18	46.736.398	
Total do passivo e capital próprio		390.667.490	364.696.434

O Anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico de Contas Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Notas	31-12-2006	(Euros) 31-12-2005 (Reexp.)
PROVEITOS OPERACIONAIS			
Vendas	33	460.622.055	435.349.043
Prestações de serviços	33	24.071.161	21.891.935
Outros proveitos operacionais		31.798.138	25.793.540
Total de proveitos operacionais		516.491.354	483.034.518
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das vendas	12	367.538.066	353.441.309
Varição da produção	12	(805.942)	2.366.601
Fornecimentos e serviços externos		51.194.402	47.208.543
Custos com o pessoal	26	49.030.958	48.192.540
Amortizações e depreciações	8 e 9	17.002.924	15.924.709
Amortizações de propriedades de investimento	10	270.703	51.431
Provisões e perdas por imparidade	27	800.493	439.070
Outros custos operacionais		6.601.586	2.632.393
Total de custos operacionais		491.633.190	470.256.596
Resultados operacionais		24.858.164	12.777.922
Resultados relativos a empresas associadas	34	(9.551)	35.717
Custos financeiros	34	(6.847.129)	(5.242.067)
Proveitos financeiros	34	1.274.080	535.967
Resultados antes de impostos de operações continuadas		19.275.564	8.107.539
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	29	(4.474.443)	(2.918.456)
		14.801.121	5.189.083
Resultados antes de impostos de operações descontinuadas	18	1.553.743	(246.151)
Impostos sobre o rendimento de operações descontinuadas	18 e 29	(950.191)	(354.546)
		603.552	(600.697)
Resultado líquido consolidado do exercício		15.404.673	4.588.386
Resultado líquido consolidado das operações continuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		14.707.295	5.188.240
a interesses minoritários		93.826	844
		14.801.121	5.189.084
Resultado líquido consolidado das operações descontinuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		(347.015)	(416.901)
a interesses minoritários		950.567	(183.797)
	18	603.552	(600.698)
Resultados por ação			
Básico			
de operações continuadas		0,423	0,148
de operações descontinuadas		0,017	-0,017
		0,423	0,131
Diluído			
de operações continuadas		0,423	0,148
de operações descontinuadas		0,017	-0,017
		0,440	0,131

O Anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente;

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e que se insere num Grupo (“Grupo Toyota Caetano”), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica. Adicionalmente, o Grupo exerce a actividade de tratamento de superfície que abrange a pintura industrial e a lacagem dos ramos civil e auto.

Com efeitos a partir de Maio de 2005, as funções do Departamento de Logística de peças Toyota (importação e distribuição), no âmbito de um projecto Paneuropeu da nossa representada, passou para uma empresa do Grupo Toyota, Toyota Logísticos Serviços Portugal Unipessoal, Lda, continuando a operar no nosso armazém central.

Também a partir de Julho de 2005 a representação de máquinas de movimentação de terras deixou de existir em consequência da não renovação do contrato por parte da nossa agora ex-representada Liebherr.

Entretanto e por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006 e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006 foi decidido alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006). Em virtude da referida decisão, e em conformidade com o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Grupo apresenta os activos e passivos correspondentes às operações que terão sido objecto de alienação, bem como os respectivos resultados em linhas separadas do Balanço e da Demonstração dos resultados (Notas 18 e 40).

Como sequência lógica do atrás exposto foi também por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 22 de Dezembro de 2006 decidido, entre outros assuntos, alterar a denominação social da Empresa para Toyota Caetano Portugal SA.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2006, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

Empresas	Sede
Com sede em Portugal	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A. (“IPE”)	Carvalhos
Portianga, S.A. (“Portianga”)	Vila Nova de Gaia
Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A. (“S.C. Aluguer”)	Vila Nova de Gaia
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)	Vila Nova de Gaia
Salvador Caetano - Comércio de Automóveis, S.A. (“S.C. Com. Automóveis”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner SGPS, S.A. (“Auto Partner SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner-Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II-Reparadora de Colisão Automóvel, S.A. (“Auto Partner II”)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países	
Salvador Caetano (UK), Ltd. (“Salvador Caetano UK”)	Leicestershire (Inglaterra)
Salvador Caetano (Espanha), S.A. (Salvador Caetano Espanha”)	Madrid (Espanha)
Contrac GMBH (“Contrac”)	Wiesbaden (Alemanha)
Robert Hudson, Ltd. (“Robert Hudson”)	Luanda (Angola)
Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. (“Steia”)	Bissau (Guiné-Bissau)
Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L. (“Salvador Caetano Moçambique”)	Maputo (Moçambique)
Cabo Verde Motors (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)



Caetano UK, Ltd. ("Caetano UK", ex-Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd.)	Leicestershire (Inglaterra)
Reliant Coaches, Ltd. ("Reliant Coaches")	Leicestershire (Inglaterra)
Forcabo – Veículos Automóveis, Lda. ("Forcabo")	Praia (Cabo Verde)
Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. ("Indicabo")	Praia (Cabo Verde)

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e as principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2006.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 6).

Em 31 de Dezembro de 2006 a IFRS 7 – "Instrumentos financeiros" estava já emitida, mas a sua aplicação apenas é obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007, tendo o Grupo Toyota Caetano decidido não optar pela adopção antecipada da mesma. Da aplicação desta norma resultará apenas um acréscimo de informação divulgada.

Por último, a apresentação das demonstrações financeiras e respectivo anexo teve em consideração o previsto na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" no que se refere à decisão tomada em 2006, de alienação de todos os negócios "não Toyota", conforme explicitado na Nota Introdutória e na Nota 18.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica "Interesses minoritários". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após confirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.



b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica “Investimentos em empresas associadas”. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a empresas associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão (com excepção para a parcela imputável a diferenças de consolidação).

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados nas Notas 6 e 11.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006 as demonstrações consolidadas anexas não incluem Diferenças de consolidação.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para Euros foram as seguintes:

	Moeda	Câmbio Final 2006	Câmbio Histórico Médio 2006	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2005
SC (UK), Ltd.	GBP	1,49218	1,46934	1,42645	1,46214
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
SC Moçambique, SARL	MZM	0,032758	0,034145	0,000037	0,000037
Robert Hudson, Ltd	USD	0,76080	0,80653	0,84940	0,84940
Forcabo, Lda	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Caetano UK Limited	GBP	1,49218	1,46934	1,47855	1,46214
Reliant Coaches, Ltd	GBP	1,49218	1,46934	1,46214	1,46214
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados



2.3. Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
- Edifícios e outras construções.....	20-50
- Equipamento básico.....	7-16
- Equipamento de transporte	4-5
- Ferramentas e utensílios.....	4-14
- Equipamento administrativo.....	3-14
- Taras e vasilhame.....	5-11

Excepção feita a activos afectos às seguintes empresas:

(i) Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A. no que diz respeito ao equipamento de transporte em que se pratica o regime de duodécimos das amortizações a partir do momento em que o bem entra em funcionamento até ao fim da sua vida útil; este tratamento diferenciado deve-se à especificidade do negócio de rent-a-car.

(ii) Salvador Caetano – Comércio de Automóveis, S.A. que amortiza por duodécimos as viaturas de serviço adquiridas no ano.

O Conselho de Administração entende que a amortização numa base anual, com as excepções assinaladas não produzem um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização são registadas ao custo de aquisição.



d) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

f) Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

g) Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As



provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 27). As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo são classificados como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade, designados como activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, e relativamente aos quais existe a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (“Investimentos detidos para negociação”), fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos com o objectivo de obtenção de lucros no curto prazo e são classificados como Activos não correntes.
- Investimentos disponíveis para venda, designados como todos os restantes investimentos que não sejam considerados como detidos até à maturidade ou mensurados ao justo valor através de resultados, sendo classificados como Activos não correntes.
- Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.
- Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.
- Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.
- Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.
- Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

- As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.
- As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido, e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

- Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Contas a pagar

- As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos derivados

- O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.
- Os instrumentos financeiros derivados (“Cash-flow hedges”) contratados pelo Grupo (essencialmente swaps de taxas de juro), embora tenham o objectivo específico de cobertura de riscos financeiros inerentes ao negócio (risco de variação de taxa de juro), não se enquadram totalmente nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura. Consequentemente, estes instrumentos financeiros são registados ao seu justo valor à data de balanço, sendo as variações desse justo valor reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício (Nota 22).



vi) Caixa e equivalentes a caixa

- Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Responsabilidades por pensões

O Grupo Toyota Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições. Estes complementos de reforma configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um Fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 26).

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.



o) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

p) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

q) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

r) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo. A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócios identificados é incluída na Nota 31.

s) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorreram após a data do balanço (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 40).

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são como segue:



Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-06	Dez-05
Toyota Caetano Portugal, SA		Empresa Mãe
Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd	99,82%	99,82%
IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA	99,98%	99,98%
Portianga - Comércio Internacional e Participações, SA	99,98%	99,98%
Salvador Caetano España, SA	99,23%	99,23%
Cabo Verde Motors SARL	99,99%	99,99%
Salvador Caetano Moçambique, SARL	63,33%	63,33%
Robert Hudson, Ltd	99,98%	99,98%
Forcabo-Veículos Automóveis, Lda	99,91%	99,91%
Salvador Caetano Aluguer Automóveis, SA	99,98%	99,98%
Caetano UK Limited	99,82%	99,82%
Reliant Coaches, Ltd	99,82%	99,82%
Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, SA	73,98%	73,98%
Salvador Caetano Comércio Automóveis, SA	92,89%	92,89%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. EMPRESAS DO GRUPO EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2006, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Capital Detido	
		Nominal	Efectivo
Steia - Soc. Técn. Equipam. Industriais e Acessórios, SARL	Bissau	100,00%	99,99%
Indicabo -Veículos Automóveis, Lda	Cabo Verde	100,00%	99,92%

A Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. foi excluída da consolidação, e está registada ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para fazer face ao risco de desvalorização, encontrando-se actualmente inactiva. A Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. foi excluída por suspensão de actividade. O Conselho de Administração entende que a não consolidação destas filiais não produz um efeito relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

6. EMPRESAS ASSOCIADAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pela aplicação do método da equivalência patrimonial e a proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva		Moeda
	Dez-06	Dez-05	
Contrac GMBH	33,33%	33,33%	EUR
Auto Partner SGPS, SA	46,45%	46,45%	EUR
Auto Partner-Com. Auto, SA	46,45%	46,45%	EUR
Auto Partner II, SA	46,45%	46,45%	EUR



7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano.

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2006	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvol.	Prop. Ind. e outros direitos	Trespases	Adiantam. por c/ Imob. Incorpóreo	Total
Activo bruto						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	71.399	4.218.786	62.162	1.065.053	40.200	5.457.600
Adições	194.450	582.464	-	-	20.230	797.144
Alienações	-18.456	-	-	-	-	-18.456
Transferências e abates	-104.613	37.893	-19.412	-	-	-86.132
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	142.780	4.839.143	42.750	1.065.053	60.430	6.150.156
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005	71.399	3.139.321	42.750	1.065.053	-	4.318.523
Amortização do exercício	8.000	813.318	-	-	-	821.318
Alienações, abates e transferências	-47.934	100.285	-	-	-	52.351
Saldo final em 31 de Dezembro de 2006	31.465	4.052.924	42.750	1.065.053	-	5.192.192
Valor líquido	111.315	786.219	-	-	60.430	957.964
Activos detidos para venda (Nota 18)	57.752	535.277	-	-	-	593.029
Valor líquido	53.563	250.942	-	-	60.430	364.935

A amortização do exercício de 2006 encontra-se distribuída como segue:

	Dez-06	Dez-05
Operações Continuadas	199.486	240.493
Operações Descontinuadas	621.832	574.916
	821.318	815.409

2005	Despesas de Instalação	Despesas de Desenv.	Prop. Ind. e outros direitos	Trespases	Adiant. por c/ Imob. Incorp.	Total
Activo bruto:						
Saldo inicial 31 Dez. 2004	83.094	3.632.031	19.412	1.063.058	-	4.797.595
Adições	62.011	1.126.794	-	-	-	1.188.805
Alienações	-48.788	-	-	-19.533	-	-68.321
Transferências e abates	-24.918	-540.039	42.750	21.528	40.200	-460.479
Saldo inicial 31 Dez. 2005	71.399	4.218.786	62.162	1.065.053	40.200	5.457.600
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial 31 Dez. 2004	59.220	2.474.133	-	1.063.030	-	3.596.383
Amortização do exercício	-	801.161	14.248	-	-	815.409
Alienações, abates e transferências	12.179	-135.973	28.502	2.023	-	-93.269
Saldo inicial 31 Dez. 2005	71.399	3.139.321	42.750	1.065.053	-	4.318.523
Valor líquido	-	1.079.465	19.412	-	40.200	1.139.077



9. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2006	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Const.	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Ferram. e Utensílios	Equipam. Admin.	Outras Imob. Corpóreas	Imobil. em Curso	Adiant. p/ conta Imob. Corpóreas	Total
Activo bruto										
Saldo inicial 31 Dez. 2005	27.905.332	109.261.976	53.891.780	43.033.851	10.643.691	8.799.717	4.101.079	5.778.286	395.650	263.811.362
Adições	3.740.903	5.766.088	5.493.284	38.591.769	907.171	393.044	404.150	2.793.098	11.963	58.101.470
Alienações e abates	-4.885.397	-6.596.312	-549.323	-31.177.464	-191.292	-168.416	-109.874	-574.217	-	-44.252.295
Transferências	-3.843.872	-4.429.440	583.579	1.152.697	-69.575	-172.483	-36.668	-2.731.597	-243.039	-9.790.398
Saldo final 31 Dez. 2006	22.916.966	104.002.312	59.419.320	51.600.853	11.289.995	8.851.862	4.358.687	5.265.570	164.574	267.870.139
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial 31 Dez. 2005	-	59.568.417	37.557.197	13.976.061	9.729.952	7.733.128	2.656.917	-	-	131.221.672
Amortização do exercício	-	4.440.270	3.452.307	10.969.501	823.220	501.730	306.669	-	-	20.493.697
Alienações, abates e transferências	-	-4.091.049	-503.501	-8.979.345	-230.750	-327.706	-58.974	-	-	-14.191.325
Saldo final 31 de Dez. 2006	-	59.917.638	40.506.003	15.966.217	10.322.422	7.907.152	2.904.612	-	-	137.524.044
Valor líquido	22.916.966	44.084.674	18.913.317	35.634.636	967.573	944.710	1.454.075	5.265.570	164.574	130.346.095
Activos detidos para venda (Nota 18)	2.624.301	9.419.240	9.126.686	611.028	207.789	90.589	642.512	1.998.008	-	24.720.154
Valor líquido	20.292.665	34.665.434	9.786.631	35.023.608	759.784	854.121	811.563	3.267.562	164.574	105.625.942

A amortização do exercício de 2006 encontra-se distribuída como segue:

	Dez-06	Dez-05
Operações Continuadas	16.803.438	15.684.216
Operações Descontinuadas	3.690.259	3.341.694
	20.493.697	19.025.910

2005	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Const.	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Ferram. e Utensílios	Equipam. Admin.	Outras Imob. Corpóreas	Imobil. em Curso	Adiant. p/ conta Imob. Corpóreas	Total
Activo bruto										
Saldo inicial 31 Dez. 2004	27.626.733	107.491.435	53.963.935	48.052.033	10.330.547	11.479.533	3.502.804	2.287.012	-	264.734.032
Adições	329.086	1.518.350	1.668.603	30.484.713	857.018	306.084	614.084	3.790.924	-	39.568.862
Alienações e abates	-97.239	-237.314	-1.961.671	-36.325.283	-566.545	-3.220.802	-46.372	-178.873	-	-42.634.099
Transferências	46.752	489.505	220.913	822.388	22.671	234.902	30.563	-120.777	395.650	2.142.567
Saldo final 31 Dez. 2005	27.905.332	109.261.976	53.891.780	43.033.851	10.643.691	8.799.717	4.101.079	5.778.286	395.650	263.811.362
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial 31 Dez. 2004	-	54.981.418	36.110.258	15.003.653	9.492.044	10.224.598	2.423.571	-	-	128.235.542
Amortização do exercício	-	4.492.339	3.116.242	9.846.938	772.263	520.182	277.946	-	-	19.025.910
Alienações, abates e transferências	-	94.660	-1.669.303	-10.874.530	-534.355	-3.011.652	-44.600	-	-	-16.039.780
Saldo final 31 de Dez. 2005	-	59.568.417	37.557.197	13.976.061	9.729.952	7.733.128	2.656.917	-	-	131.221.672
Valor líquido	27.905.332	49.693.559	16.334.583	29.057.790	913.739	1.066.589	1.444.162	5.778.286	395.650	132.589.690

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo transferiu o montante de 6.710.000 Euros do seu imobilizado corpóreo (das rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas (Nota 10).



10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição (Nota 9).

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 779.224 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 (Nota 34).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas actuais, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 14,4 milhões de Euros.

11. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

NÃO CORRENTES	Dez-06	Dez-05
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS		
Saldo em 1 de Janeiro	2.691.701	2.479.739
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício (Nota 34)	874.322	583.983
Dividendos Recebidos	-466.564	-266.667
Constituição de prestações suplementares	-	70.000
Outras regularizações	-79	-175.354
	3.099.380	2.691.701
Activos detidos para venda (Nota 18)	-2.000.412	
Saldo em 31 de Dezembro	1.098.968	2.691.701
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
Justo valor em 1 de Janeiro	12.774.764	7.222.327
Aumento/(diminuição) no justo valor	4.308.023	5.535.350
Outras regularizações	-74.271	17.087
Justo valor em 31 de Dezembro	17.008.516	12.774.764
Activos detidos para venda	-41.491	
Saldo em 31 de Dezembro	16.967.025	12.774.764

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 15.698.383 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa, estando os mesmos registados ao seu justo valor. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio no exercício de 2006 do registo dos investimentos disponíveis para venda ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	Dec-06
Aumento no justo valor	4.308.023
Imposto diferido passivo (Nota 16)	-1.086.272
	3.221.751

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:



	Dez-06	Dez-05
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	14.805.795	17.020.992
Produtos e Trabalhos em Curso	9.869.319	11.301.439
Produtos Acabados e Intermédios	6.196.617	9.755.843
Mercadorias	69.250.201	79.239.858
	100.121.932	117.318.132
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 27)	-5.023.768	-6.634.613
	95.098.164	110.683.519

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi apurado como segue:

	Dez-06		Dez-05	
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Total
Existências Iniciais	79.239.858	17.020.992	96.260.850	113.451.158
Compras Líquidas	334.236.174	95.646.952	429.883.126	385.179.099
Existências Finais	78.255.060	19.531.478	97.786.538	96.260.850
Total	335.220.972	93.136.466	428.357.438	402.369.407
Activos detidos para venda	24.780.197	36.039.175	60.819.372	48.928.098
Total	310.440.775	57.097.291	367.538.066	353.441.309

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez-06	Dez-05
Existências finais	21.104.208	21.057.282
Regularização de existências	-336.997	-807.644
Existências iniciais	21.057.282	19.866.554
Total	-290.071	383.084
Variação de produção de Activos detidos para venda	-515.871	1.983.517
	-805.942	2.366.601

13. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-06	Dez-05	Dez-06	Dez-05
Cientes, conta corrente	71.746.563	72.908.520	4.400.995	2.715.192
Cientes, letras a receber	152.257	271.859	-	-
Cientes cobrança duvidosa	10.694.437	13.743.315	-	-
	82.593.256	86.923.694	4.400.995	2.715.192
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 27)	-11.330.336	-15.102.692	-2.498.141	-2.498.141
	71.262.920	71.821.002	1.902.854	217.051

As contas a receber de clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.498.141 Euros a receber da filial STEIA, para o qual se encontra registada uma perda por imparidade de 2.498.141 Euros. Adicionalmente, esta rubrica inclui um montante de 1.902.854 Euros a receber de clientes da subsidiária Salvador Caetano – Comércio Automóveis, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência



e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-06	Dez-05	Dez-06	Dez-05
Empréstimos Empresas Associadas	2.237.339	1.237.339	-	-
Outras Empresas	-	-	1.111.072	1.111.072
Adiantam. a fornecedores	33.690	363.289	-	-
Estado e outros entes públicos	1.592.610	4.134.681	-	-
Outros devedores	1.335.381	1.705.284	-	-
	5.199.020	7.440.593	1.111.072	1.111.072

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica “Empresas Associadas” é composta pelos seguintes empréstimos concedidos a empresas associadas:

Auto Partner S.G.P.S., S.A.	1.237.339
Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A.	1.000.000
	2.237.339

A rubrica “Outras Empresas” é integralmente constituída por um empréstimo de longo prazo concedido à participada GE Capital, o qual não vence juros. Adicionalmente, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” inclui o montante de, aproximadamente, 1.525.000 Euros respeitante a IVA a recuperar.

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-06	Dez-05
Acréscimos de proveitos		
Reclamações de Garantia	638.201	600.095
Comparticipação em Frotas e Campanhas	85.253	523.063
Rendas	686.657	141.401
Consultoria	500.483	
Comissões		93.791
Subsídios à formação	155.670	63.287
Outros	282.198	296.488
	2.348.462	1.718.125
Custos diferidos		
Juros	482.376	368.226
Seguros	286.969	331.550
Custos oficiais	151.366	214.911
Licenças Informáticas/Aluguer de equipamento	8.089	66.448
Garantias	76.602	10.831
Outros	246.430	362.371
	1.251.832	1.354.338
Total	3.600.294	3.072.462



16. IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, podem ser resumidos como segue:

2006	Dez-05	Outras variações	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	Dez-06
Impostos diferidos activos:					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.407.723	-	(231.638)	-	1.176.085
Alteração taxa de tributação	-	-	(42.739)	-	(42.739)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.066.246	20.626	(935.934)	-	150.938
Alteração taxa de tributação	-	-	(5.489)	-	(5.489)
Responsabilidades por pensões (Nota 26)	801.899	-	-	-	801.899
Alteração taxa de tributação	-	-	(29.160)	-	(29.160)
Efeito da conversão para os IFRS:					
Anulação de imobilizações	466.913	-	(42.487)	-	424.426
Alteração taxa de tributação	-	-	(32.834)	-	(32.834)
Anulação de custos diferidos	111.437	-	(27.579)	-	83.858
Alteração taxa de tributação	-	-	(3.893)	-	(3.893)
Valorização de instrumentos derivados	36.237	-	(28.826)	-	7.411
Alteração taxa de tributação	-	-	(1.318)	-	(1.318)
	3.890.455	20.626	(1.381.896)	-	2.529.185
Operações descontinuadas		(16.670)	55.634		38.964
Operações continuadas	3.890.455	37.296	(1.437.530)	-	2.490.221
Passivos por impostos diferidos:					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.507.995)	14.621	80.312	-	(1.413.062)
Alteração taxa de tributação	-	-	44.377	8.492	52.869
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(816.642)	-	92.329	-	(724.313)
Alteração taxa de tributação	-	-	26.339	-	26.339
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(353.099)	-	40.576	-	(312.523)
Alteração taxa de tributação	-	-	11.364	-	11.364
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	-	-	(55.006)	-	(55.006)
Efeito da conversão para os IFRS					
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	(1.522.221)	-	-	(1.184.706)	(2.706.927)
Alteração taxa de tributação	-	-	-	98.434	98.434
	(4.199.957)	14.621	240.291	(1.077.780)	(5.022.825)
Efeito líquido - operações continuadas (Nota29)		51.917	(1.197.239)	(1.077.780)	



2005	Dez-04	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais próprios	Dez-05
Impostos diferidos activos:				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.540.763	(133.040)	-	1.407.723
Prejuízos fiscais reportáveis	1.398.198	(331.952)	-	1.066.246
Responsabilidades por pensões (Nota 26)			801.899	801.899
Efeito da conversão para os IFRS: :				
Anulação de imobilizações	355.481	111.191	241	466.913
Anulação de custos diferidos	65.505	45.932	-	111.437
Valorização de instrumentos derivados	-	(185.643)	221.880	36.237
	3.359.947	(493.512)	1.024.020	3.890.455
Passivos por impostos diferidos :				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.591.907)	83.912	-	(1.507.995)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(915.883)	99.241	-	(816.642)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(393.675)	40.576	-	(353.099)
Efeito da conversão para os IFRS:				
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	-	-	(1.522.221)	(1.522.221)
	(2.901.465)	223.729	(1.522.221)	(4.199.957)
Efeito líquido (Nota 29)		(269.783)	(498.201)	

Como resultado da alteração introduzida em Portugal pela “Lei das Finanças Locais” sobre as normas de cálculo da derrama, a vigorar a partir de 2007, durante o exercício de 2006, o Grupo procedeu à alteração da Taxa de imposto sobre o rendimento para efeitos de cálculo de activos e passivos por impostos diferidos, passando a utilizar a taxa de 26,5% (25% no caso dos activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis). Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados activos por impostos diferidos eram como segue:

	Dez-06		Dez-05		
Com limite de data de utilização:	Prejuízo fiscal	Impostos dif. activos	Prejuízo fiscal	Impostos dif. activos	Data limite de utilização
Gerados em 2001					
- Salvador Caetano - Comércio Automóveis, S.A.	-	-	439.197	141.461	2007
Gerados em 2002					
- Salvador Caetano - Comércio Automóveis, S.A.	-	-	776.109	213.430	2008
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	581.796	145.449	548.862	150.937	2008
Gerados em 2003					
- Salvador Caetano - Comércio Automóveis, S.A.	-	-	2.037.882	560.418	2009
	581.796	145.449	3.802.050	1.066.246	

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2006 as seguintes empresas do Grupo tinham prejuízos fiscais reportáveis os quais, numa óptica de prudência, não foram considerados no cálculo dos activos por impostos diferidos:

	Dez-06	Data limite de utilização
Gerados em 2002:		
- Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	584.937	2008
Gerados em 2003:		
- Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	73.125	2009
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	65.744	2009
Gerados em 2004:		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	641.587	2010
Gerados em 2005:		
- IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A.	315.793	2011
	1.681.186	



A subsidiária Portianga – Comércio Internacional e Participações, S.A. está incluída no grupo de subsidiárias que serão alienadas no exercício de 2007 (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

	Taxa de imposto 31.12.2006	31.12.2005
País origem da filial:		
Portugal	26,5%/25%	27,5%
Espanha	32,5%/30%	35,0%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Inglaterra	30,0%	30,0%
Angola	35,0%	35,0%

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo e Associadas sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

17. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-06	Dez-05
Numerário	477.207	348.950
Depósitos bancários	17.685.499	15.979.348
Equivalentes a Caixa	13.119	4.960
	18.175.825	16.333.258
Relativos a operações descontinuadas (Nota 18)	9.369.977	
	8.805.848	16.333.258

18. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 13 de Outubro de 2006, o Conselho de Administração anunciou a intenção de alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios não Toyota detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais.

A referida intenção foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Novembro de 2006 e será concretizada no início de 2007 pela alienação do negócio não Toyota, nomeadamente as actividades de revestimentos e de prestação de serviços conexos da Divisão Fabril do Carregado da Toyota Caetano Portugal, S.A. e, ainda, o conjunto de participações financeiras, directas e indirectas, em empresas que não se dedicam ao ramo Toyota. Assim, as participações financeiras que serão objecto de alienação à empresa Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A. (anteriormente designada por Fo-geca – Gestão e Controlo, S.G.P.S., S.A.) principal accionista do Grupo (Nota 19)) em 2007 são as seguintes:

- Portianga, S.A. (“Portianga”)
- Caetanobus-Fabricação de Carroçarias, S.A. (“Caetanobus”)
- Salvador Caetano (Espanha), S.A. (Salvador Caetano Espanha”)
- Contrac GMBH (“Contrac”)
- Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L. (“Salvador Caetano Moçambique”)
- Caetano UK, Ltd. (“Caetano UK”, ex-Salvador Caetano Coachbuilders, Ltd.)
- Reliant Coaches, Ltd. (“Reliant Coaches”)



- Forcabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Forcabo”)
- Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. (“Indicabo”)
- Transcom, S.A.R.L.
- Global S (SGPS), S.A.

O valor global da alienação das participações financeiras acima referidas e, deste modo, de todos os activos e passivos afectos a essas entidades, ascende a, aproximadamente, 17.647.000 Euros.

Adicionalmente, e em conformidade com a deliberação, o conjunto dos bens activos, com todos os direitos inerentes, nomeadamente direitos de propriedade intelectual e licenças, e dos passivos afectos à Divisão Fabril do Carregado, será igualmente alienado pelo montante de 8.850.000 Euros.

No reconhecimento inicial da reclassificação como Activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda, o Grupo não reconheceu qualquer perda de imparidade.

O detalhe dos activos e passivos a alienar reclassificados é como segue:

Activos detidos para venda	Dez-06
Imobilizações incorpóreas (Nota 8)	593.029
Imobilizações corpóreas (Nota 9)	24.720.153
Propriedades de investimento	368.090
Investimentos em empresas associadas (Nota 11)	2.000.412
Existências	17.024.410
Dívidas de terceiros	11.278.916
Outros activos	4.142.479
Caixa e equivalentes a caixa	9.369.977
	69.497.466

Passivos associados a activos detidos para venda	Dez-06
Empréstimos bancários	28.613.888
Dívidas a terceiros	14.075.510
Responsabilidades por pensões	802.449
Outros passivos	3.244.551
	46.736.398

O detalhe do resultado combinado das operações descontinuadas incluído na demonstração dos resultados é como segue:

	Dez-06
Proveitos operacionais	101.352.430
Custos operacionais	98.964.877
Resultado operacional	2.387.553
Resultados financeiros	-833.810
Resultados antes de impostos	1.553.743
Imposto sobre o rendimento	-950.191
Resultado líquido do exercício	603.552

O detalhe dos fluxos de caixa das operações descontinuadas incluído na demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	Dez-06
Fluxos líquidos das actividades operacionais	1.015.329
Fluxos líquidos das actividades de investimento	-947.593
Fluxos líquidos das actividades de financiamento	12.039.297
	12.107.033

19. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subs-



critas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A (anteriormente designada Fogeca – Gestão e Controle (S.G.P.S.), S.A.).....	60%
- Toyota Motor Corporation	27%

20. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	Dez-06	Dez-05
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.238.297	3.599.541
Variação resultante da variação cambial	-	51.109
Outros	2.885	-229.399
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	1.044.393	-182.954
	4.285.575	3.238.297

21. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	Dez-06		Dez-05	
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	TOTAL
Empréstimos Bancários	100.669.500	8.000.000	108.669.500	131.632.727
Descobertos Bancários	2.060.786	-	2.060.786	2.832.474
Empréstimo Obrigacionista	3.750.000	-	3.750.000	7.500.000
	106.480.286	8.000.000	114.480.286	141.965.201

Em 11 de Junho de 2002 a Salvador Caetano - IMVT, S.A. contraiu um empréstimo obrigacionista no montante de 15.000.000 Euros, por um prazo de 5 anos, com um valor nominal de 10 Euros por obrigação, indexada à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,15 pontos percentuais. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente, vencendo-se o 1º cupão em 11 de Dezembro de 2002. O reembolso será efectuado através de 4 prestações iguais nas datas de pagamento dos 4º, 6º, 8º e 10º cupão, podendo ser efectuado o reembolso total ou parcial antecipado do seguinte modo:

- “Call Options”- a partir da 2ª data do pagamento de juros (Junho de 2003)
- “Put Options”- a partir da 6ª data de pagamento de juros (Junho de 2005)

A rubrica de “Empréstimos bancários” classificada como não corrente diz respeito inteiramente a um Programa de Papel Comercial, com um prazo de 5 anos (até 31 de Março de 2011), sendo intenção do Conselho de Administração manter a utilização deste empréstimo no médio/longo prazo.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 31 de Dezembro de 2006, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos cujo justo valor naquela data, determinado com base em avaliações externas, ascendia a 97.195 Euros (577.883 Euros em 2005). Estes instrumentos financeiros derivados não foram considerados “de cobertura” em virtude de não cumprirem integralmente com os requisitos previstos no IAS 39.

23. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica era composta apenas por saldos correntes a pagar a fornecedores.



24. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-06	Dez-05
Estado e outros Entes Públicos:		
Retenção de impostos sobre o Rendimento	407.027	431.822
Imposto sobre o Valor	9.298.652	6.445.843
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado)	3.277.205	3.003.628
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	-2.063.146	-40.000
Imposto Automóvel	3.600.923	4.288.198
Direitos aduaneiros	1.359.393	911.765
Contribuições para a Segurança Social	773.510	974.112
Outros	209.712	116.217
	16.863.277	16.131.585
Accionistas	28.021	29.132
Adiantamentos de Clientes	750.052	1.058.282
Fornecedores de Imobilizado, conta-corrente	840.141	45.794
Outros Credores	1.104.918	1.364.842
	19.586.408	18.629.635

25. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez-06	Dez-05
Acréscimos de custos		
Encargos com férias e subsídios de férias	5.594.722	7.416.479
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.655.988	1.605.637
Custos antecipados	2.397.613	1.398.585
Reclamações de garantia	1.154.871	1.028.124
Juros a liquidar	1.156.212	842.487
Campanhas publicitárias e promoção vendas	499.592	784.844
Comissões a liquidar	110.031	404.250
Seguros a liquidar	66.663	223.509
Outros	607.710	1.350.410
	13.243.402	15.054.324
Proveitos diferidos		
Juros debitados a clientes	252.639	203.002
Rappel	439.527	22.947
Subsídios para investimentos	5.885	16.977
Outros	408.363	35.463
	1.106.414	278.388
Total	14.349.816	15.332.711



26. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo reportado 31 de Dezembro de 2006 as responsabilidades do mesmo ascendem a 46,3 milhões de Euros, as quais se encontram cobertas pelo valor patrimonial do Fundo (aproximadamente 39,8 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006) e pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de 4,7 milhões de Euros. Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 88/90 e SuisseRe, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, durante o exercício de 2006 foi efectuada uma dotação para reforço do Fundo em apreço, que ascendeu a um montante de, aproximadamente 1.228 milhares de Euros, o qual se encontra registado na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

Gostaríamos no entanto salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões (através de dotações ou reforço de provisões) até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados, uma vez que o nível mínimo de financiamento se encontra coberto.

O detalhe das responsabilidades por pensões e respectivos activos do Fundo de Pensões é como segue:

Dez-06	Respons. por pensões	Activos Fundo de Pensões	Provisão contabilística
Relativos a operações continuadas	38.742.371	33.320.569	3.862.549
Relativos a operações descontinuadas (Nota 18)	7.569.704	6.515.605	802.449
	46.312.075	39.836.174	4.664.998

27. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

	Saldos iniciais	Aumentos	Utiliz. e dim.	Outras regul.	Total	Provisões afectas a activos devidos p/ venda	Saldos finais
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.441.529	81.015	-	-6.744	1.515.800	-374.098	1.141.702
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	17.600.833	331.089	-63.499	-298.290	17.570.133	-3.741.656	13.828.477
Perdas de imparidade acumuladas em existências	6.634.613	726.588	-868.186	275.155	6.768.170	-1.744.402	5.023.768
Provisões	2.074.250	1.822.920	-490.784	-1.433.375	1.973.011	-12.921	1.960.090

Dos aumentos de provisões ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o montante de 1.810.000 Euros foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

A coluna “Outras regularizações” da rubrica “Provisões” diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2006, em função da performance atingida no exercício de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe da rubrica “Provisões” é como se segue:

	Dez-06	Dez-05
Gratificações aos colaboradores	1.810.000	1.433.375
Contingências fiscais	150.090	640.875
	1.960.090	2.074.250



28. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

RESPONSABILIDADES	Dez-06	Dez-05
Por Letras Descontadas	49.526	4.302
Por Créditos Abertos	183.544	69.300
Por Fianças Prestadas	20.366.510	14.847.889
	20.599.580	14.921.491

Adicionalmente, a Empresa responsabilizou-se por garantias bancárias destinadas à cobertura de linhas de crédito a utilizar por algumas Empresas do Grupo, como segue:

Entidade beneficiária da Garantia	Empresa Interligada	Valor
	Salvador Caetano (UK) Ltd.	
Lloyd's Bank PLC	Caetano UK, Ltd.	£ 2.000.000
	Reliant Coaches, Ltd.	
Deutsch Bank AG	Contrac, GMBH	€ 2.500.000

29. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	Dez-06	Dez-05
Operações continuadas		
Imposto corrente	3.277.204	2.628.310
Imposto diferido (Nota16)	1.197.239	290.146
	4.474.443	2.918.456
Operações descontinuadas		
Imposto corrente	1.005.825	374.910
Imposto diferido	(55.634)	(20.363)
	950.191	354.547
	5.424.634	3.273.003

30. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez-06	Dez-05
Resultado básico		
- operações continuadas	14.801.121	5.189.083
- operações descontinuadas	603.552	-600.698
Resultado diluído		
- operações continuadas	14.801.121	5.189.083
- operações descontinuadas	603.552	-600.698
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)		
- de operações continuadas	0,423	0,148
- de operações descontinuadas	0,017	-0,017



31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No período findo em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

POR NEGÓCIO INDUSTRIAL E NÃO INDUSTRIAL	Industrial		Não Industrial		Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
RÉDITOS						
Vendas externas	95.210.168	105.341.237	550.394.355	66.506.054	-236.947.003	580.504.811
Vendas inter-segmentais						
Réditos Totais	95.210.168	105.341.237	550.394.355	66.506.054	-236.947.003	580.504.811
RESULTADOS						
Resultados segmentais e inter-segmentais	407.907	4.605.882	36.431.506	3.463.581	-7.569.903	37.338.973
Gastos da empresa não imputados	93.961.913	107.605.420	571.544.281	64.880.577	-247.394.125	590.598.066
Resultados Operacionais	1.656.161	2.341.698	15.281.580	5.089.058	2.877.219	27.245.717
Custos - juros	2.025.443	1.468.812	3.890.461	1.793.978	-543.440	8.635.254
Proveitos - juros	36.488	289.309	1.061.976	131.495	-174.748	1.344.520
Parte de lucros líquidos em associadas					874.323	874.323
Impostos s/ os lucros	80.867	45.695	3.374.022	1.259.541	664.509	5.424.634
Resultados de actividades ordinárias	-413.662	1.116.501	9.079.074	2.167.034	3.455.726	15.404.673
Resultado líquido com Interesses Minoritários	-413.662	1.116.501	9.079.074	2.167.034	3.455.726	15.404.673
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Activos do segmento	140.961.086	17.366.731	180.391.520	22.021.978	-91.184.245	269.557.071
Investimento em Associadas					3.099.380	3.099.380
Activos da empresa não imputados	51.773.875	14.337.794	97.045.852	19.642.717	-64.789.199	118.011.039
Activos totais consolidados	192.734.962	31.704.525	277.437.372	41.664.695	-152.874.064	390.667.490
Passivo da empresa não imputados	106.766.046	27.509.482	171.943.403	24.174.677	-78.525.649	251.867.958
Passivos totais consolidados	106.766.046	27.509.482	171.943.403	24.174.677	-78.525.649	251.867.958
Dispêndios de capital fixo	17.953.891	3.101.877	-757.165	1.778.166	-3.186.463	18.890.307
Depreciações	13.337.639	288.884	8.554.124	681.169	-1.546.801	21.315.015
Resultado líquido com Interesses Minoritários						
Operações continuadas	-1.225.392	-2.875.634	9.079.074	1.555.206	8.267.869	14.801.121
Operações descontinuadas	811.730	3.992.135		611.828	-4.812.141	603.552

O segmento industrial inclui as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto-lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração. No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças.

32. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	Dez-06	Dez-05
Empregados	1.677	1.751
Assalariados	1.259	1.270
	2.936	3.021



33. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, foi como segue:

Mercado	Dez-06		Dez-05	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	434.900.023	89,73%	404.001.271	88,36%
Alemanha	242.665	0,05%	2.553.387	0,56%
Reino Unido	14.078.893	2,90%	15.066.933	3,30%
Espanha	-	0,00%	313.572	0,07%
Palop's	10.688.453	2,21%	9.195.788	2,01%
Outros Mercados	24.783.182	5,11%	26.110.027	5,71%
	484.693.216	100,00%	457.240.978	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-06		Dez-05	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	407.916.305	84,16%	386.878.464	84,61%
Peças	50.539.485	10,43%	52.583.253	11,50%
Reparações	14.601.311	3,01%	17.214.464	3,76%
Outros	11.636.115	2,40%	564.797	0,12%
	484.693.216	100,00%	457.240.978	100,00%

34. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas		Dez' 06	Dez' 05
Juros Suportados		6.425.906	4.756.365
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria		-	25.429
Perdas relativas a empresas associadas		9.551	23.441
Outros custos e perdas financeiros		421.223	460.273
Resultados financeiros		-5.582.600	-4.670.383
		1.274.080	595.125
Proveitos e Ganhos		Dez' 06	Dez' 05
Juros Obtidos		441.536	489.681
Rendimentos de Imóveis (Nota 10)		822.423	28.899
Ganhos de Participações de capital			
relativamente a associadas		-	59.158
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		10.121	17.387
		1.274.080	595.125

35. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996 espera-se para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros compensatórios.

Simultaneamente, em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.



Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2006, notas de liquidações adicionais em IRC no montante de Euros 490.785, para as quais tinha sido constituída em períodos anteriores uma provisão (Nota 27).

36. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais na empresa Mãe no exercício de 2006 foram como segue:

Orgãos Sociais	Valor
Conselho de Administração	774.183

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 16 de Março de 2007.

38. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

39. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decorrente do processo de reestruturação mencionado na Nota Introdutória e Nota 18, o qual foi devidamente comunicado ao mercado através de uma Comunicação de Facto Relevante no dia 13 de Outubro de 2006, nos termos do disposto no art. 248 do Código dos Valores Mobiliários, foram por esta empresa alienadas directamente ou através de empresas suas participadas as seguintes participações/ativos:

PARTICIPAÇÕES	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR
directa da Toyota Caetano Portugal SA	GRUPO SALVADOR CAETANO (SGPS), S.A., anteriormente	
Transcom, SARL	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
Salvador Caetano (Moçambique), SARL	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1
directa da Saltano (SGPS) SA		
Salvador Caetano España, SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1.006.000
Caetanobus-Fabricação Carroçarias, SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	4.880.000
Portianga-Comercio Internacional e Paerticipações, SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	6.710.000



Contrac GMBH	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	1.233.000
Global S (SGPS), SA	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	I
directa da Cabo Verde Motors, SARL		
Indicabo-Veiculos Automoveis, Lda	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	I
Forcabo-Veiculos Automóveis, Lda	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	712.000
directa da Salvador Caetano-(UK), Ltd		
Reliant Coaches Ltd	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	I
Caetano UK Ltd	FOGECA-Gestão e Controle (SGPS), SA	3.106.000
ACTIVOS	EMPRESA ADQUIRENTE	VALOR
Carregado Plant	Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, SA	8.850.000

Das alienações acima referidas não resultarão perdas para o Grupo Toyota Caetano.



ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

	Reservas					Outras reservas	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
	Capital social	Reservas legais	Reserva de reaval.	Reserva de conversão cambial	Reserva de justo valor					
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	35.000.000	5.921.603	6.187.307	56.089	-	63.648.521	75.813.520	3.599.541	5.008.326	119.421.387
Aplicação do resultado consolidado de 2004:										
Transferência para reserva legal	-	287.200	-	-	-	-	287.200	-	(287.200)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.100.000)	(2.100.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	2.621.126	2.621.126	-	(2.621.126)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(387.929)	-	-	(387.929)	-	-	(387.929)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis	-	-	-	-	4.013.129	-	4.013.129	-	-	4.013.129
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.771.339	4.771.339
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(182.953)	-	(182.953)
Outros	-	-	-	-	-	(1.453.794)	(1.453.794)	(178.291)	-	(1.632.085)
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	35.000.000	6.208.803	6.187.307	(331.840)	4.013.129	64.815.853	80.893.252	3.238.297	4.771.339	123.902.888
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	35.000.000	6.208.803	6.187.307	(331.840)	4.013.129	64.815.853	80.893.252	3.238.297	4.771.339	123.902.888
Aplicação do resultado consolidado de 2004										
Transferência para reserva legal	-	360.000	-	-	-	-	360.000	-	(360.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.500.000)	(3.500.000)
Transferência para Outras reservas	-	-	-	-	-	911.339	911.339	-	(911.339)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(276.584)	-	-	(276.584)	-	-	(276.584)
Alteração do justo valor de investimentos	-	-	-	-	3.221.751	-	3.221.751	-	-	3.221.751
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	14.360.280	14.360.280
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	1.044.393	-	1.044.393
Outros	-	-	7.877	-	-	58.540	66.417	2.885	-	69.302
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	35.000.000	6.568.803	6.195.184	(608.424)	7.234.880	65.785.732	85.176.175	4.285.575	14.360.280	138.822.030



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	2006		2005	
Recebimentos de Clientes	881.544.783		591.798.208	
Pagamentos a Fornecedores	-763.288.514		-443.848.656	
Pagamentos ao Pessoal	-47.314.096		-46.392.648	
Fluxo gerado pelas Operações	70.942.173		101.556.904	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-3.922.918		-6.035.475	
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional	-61.776.923		-56.938.745	
Fluxo das Actividades Operacionais	5.242.332		38.582.684	
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações Corpóreas	20.568.442		14.157.513	
Subsídios de Investimento	11.092			
Juros e Proveitos Similares	949.097		147.649	
Dividendos	21.528.631		312.416	14.617.578
Pagamentos respeitantes a:				
Imobilizações Corpóreas	-14.443.861		-13.764.429	
Imobilizações Incorpóreas	-73.104	-14.516.965	-286.759	-14.051.188
Fluxo das Actividades de Investimento	7.011.666		566.390	
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	32.713.143	32.713.143	11.932.053	11.932.053
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	-31.578.570		-44.209.872	
Juros e Custos Similares	-7.815.606		-6.815.341	
Dividendos	-3.528.021	-43.124.574	-2.103.015	-53.128.228
Fluxo das Actividades de Financiamento	-10.411.431		-41.196.175	
CAIXA E EQUIVALENTES				
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	16.333.258		18.380.359	
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	18.175.825		16.333.258	
Variação de Caixa e Seus Equivalentes	1.842.567		-2.047.101	

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim

O Conselho de Administração:

Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente;

Tetsuo Agata; Yoshimasa Ishii; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano



RELATÓRIOS DE AUDITORIA



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e das principais empresas englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas. Face ao exposto, e tendo em consideração o referido no parágrafo 6 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, somos da opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Toyota Caetano Portugal, S.A. (anteriormente denominada Salvador Caetano – Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S.A.) e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 390.667.490 Euros e capitais próprios de 138.822.030 Euros, incluindo um resultado líquido de 14.360.280 Euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus



fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

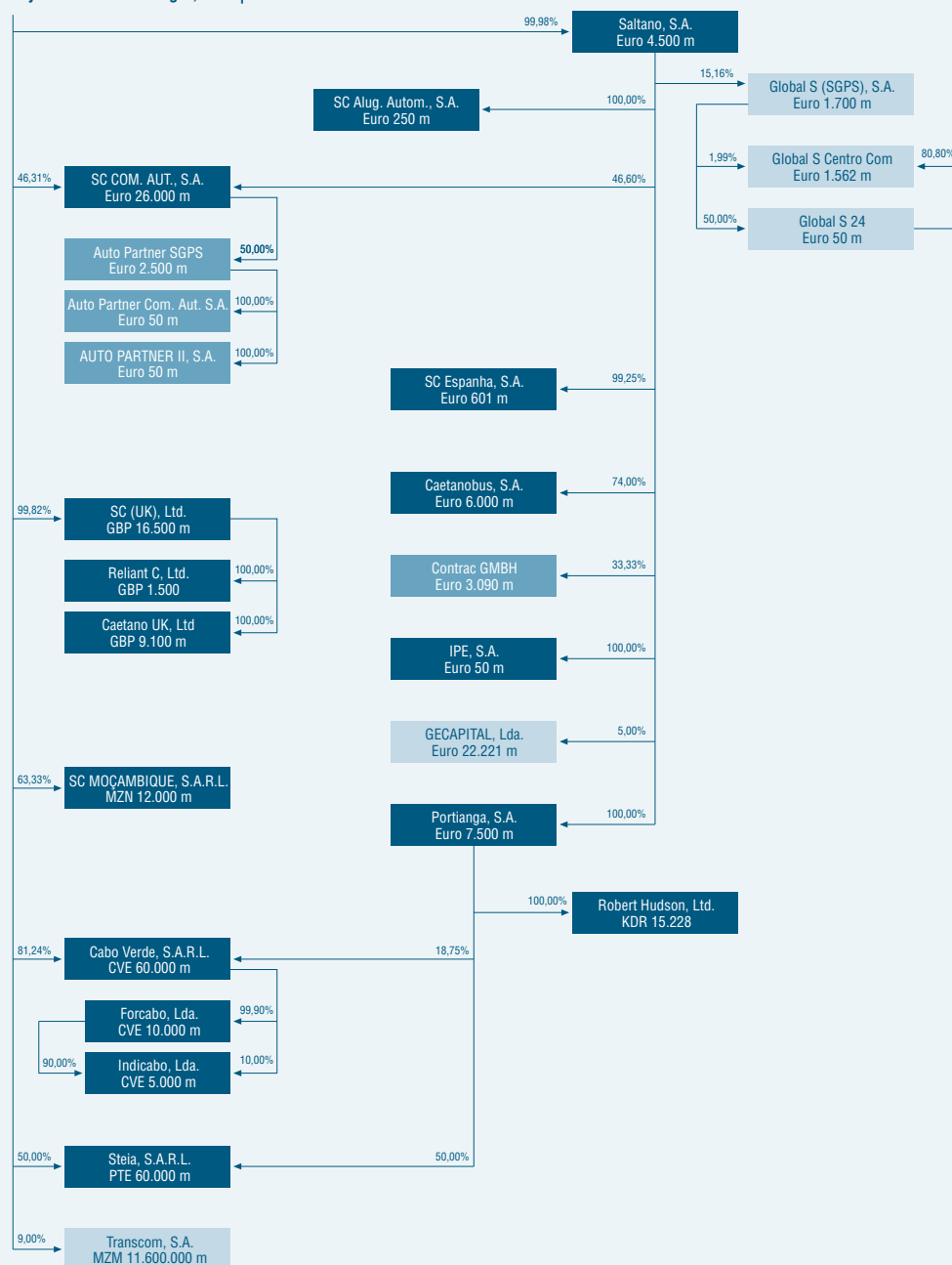
6. Conforme referido na Nota Introdutória e na Nota 18 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos resultados consolidado, por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 22 de Dezembro de 2006, foi decidido alienar com efeitos em 1 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo. Em virtude desta decisão, o Balanço consolidado e a Demonstração dos resultados consolidada do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 são apresentados em conformidade com a Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – “ Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, tendo a Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 sido reexpressa de acordo com a mesma Norma, para efeitos de comparabilidade.

Porto, 16 de Março de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ÁRVORE DO GRUPO

Toyota Caetano Portugal, S.A. | Euro 35.000 m



Grupo
> 50%

Associadas
50 %=>A=> 20%

Participadas
< 20%



INFORMAÇÃO GERAL

SEDE E UNIDADE FABRIL DE GAIA

Avenida Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Telef. 22.7867000 – Fax 22.7867215

UNIDADE FABRIL DE OVAR

Olho Marinho – 3885-100 Arada
Telef. 256.790000 – Fax 256.790005

DIRECÇÃO REGIONAL SUL

Carregado
E.N. 3 – Carregado – Apartado 23 – 2584-908 Carregado
Telef. 263.857200 – Fax 263.857208

Data de Constituição: 4 de Julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037 Conservatória Registo Comercial de Vila Nova de Gaia N° 500239037
Capital Social: EUR 35 000 000
Admitida á cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa



EXTRACTO DE ACTA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2007

Nos termos e para os efeitos legais, publica-se o extracto da Acta número 76 referente às Contas Individuais e da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2006, aprovadas na Assembleia Geral da Sociedade, a qual teve lugar no dia 20 de Abril de 2007, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, freguesia de oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia. -----

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas onze horas, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, devidamente convocada, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, os accionistas desta Sociedade TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., cujo capital social é de 35.000.000 € e com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia e pessoa colectiva 500 239 037.. -----

(...)

Encontravam-se presentes, conforme se vê e consta da lista de presenças os seguintes accionistas: -----

(...)

Cujo capital que representavam somava 33.123.951 € ou seja 94,64%. -----

A ordem do dia era a seguinte: -----

(...)

a) Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Balanço e Contas da Sociedade referente ao exercício de 2006; -----

(...)

c) Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados; -----

(...)

Iniciados os trabalhos, foi dada a palavra ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng.º José Reis da Silva Ramos, o qual fez uma extensa exposição sobre a actividade da Empresa, nomeadamente referente ao mercado de veículos de passageiros e respectivo posicionamento da Toyota onde foi constatado que a marca Toyota em 2006 estava em contra ciclo com o mercado nacional, uma vez que a Toyota cresceu enquanto se verificou um decréscimo do mercado, foram feitas perguntas e obtidas respostas, logo após fez uma exposição sobre os documentos em análise, de seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Professor Dr. Manuel de Oliveira Marques, procedeu à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, referente à alínea a) da ordem de trabalhos, a qual tinha a redacção seguinte: -----

“Nos termos e para os efeitos da alínea a) do nº I do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração tem a honra de propor à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício, para que sobre tais documentos tomem as deliberações que nos termos da lei se impõem”. -----

Finda a sua discussão e análise, efectuou-se a votação, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral anunciado que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Balanço e Contas, e demais documentos relativos ao exercício de 2006, tinham sido aprovados por unanimidade. ----- (...)

Seguidamente, passou-se à discussão e análise da proposta de aplicação de resultados, logo após, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Professor Dr. Manuel de Oliveira Marques, procedeu à leitura integral da proposta apresentada pelo Conselho de Administração sobre a Aplicação de Resultados a qual era do teor seguinte: -----

“A actividade desta Sociedade TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., conforme flue da sua conta de Lucros e Perdas gerou um Resultado Líquido de Impostos de 7.801.781,92 €. -----

O Conselho de Administração, tendo em conta a política que vem sendo seguida, propõe a seguinte aplicação de tal resultado: -----

a) Para reforço da Reserva Legal..... 390.100,00 €

b) Para Atribuição aos Corpos Sociais Dirigentes e Colaboradores, a título de participação nos lucros

Relativo à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhado..... 1.250.000,00 €

c) Para dividendos a atribuir ao capital 0,17 € por acção, o que atento o seu número 35.000.000 de acções, perfaz 5.950.000,00 €

d) O remanescente para reforço de Reservas Livres..... 211.681,92 €



Esta proposta foi posta à discussão da Assembleia, e não tendo sobre ela incidido qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu-a à votação, verificando-se a sua aprovação por unanimidade. ----- (...) V. N. Gaia, 26 de Abril de 2007

O Secretário da Sociedade da Toyota Caetano Portugal, S.A.
António Carneiro Ribeiro

EXTRACTO DE ACTA DE REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 2007

Nos termos e para os efeitos legais, publica-se o extracto da Acta número 76 referente às Contas Consolidadas do exercício de 2006, aprovadas na Assembleia Geral da Sociedade, a qual teve lugar no dia 20 de Abril de 2007, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, freguesia de oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia. -----

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas onze horas, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, devidamente convocada, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, os accionistas desta Sociedade TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., cujo capital social é de 35.000.000 € e com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia e pessoa colectiva 500 239 037.. -----

(...)
Encontravam-se presentes, conforme se vê e consta da lista de presenças os seguintes accionistas: -----

(...)
Cujo capital que representavam somava 33.123.951 € ou seja 94,64%. -----

A ordem do dia era a seguinte: -----
(...)

b) Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, Balanço Consolidado e demais Contas Consolidadas da Sociedade, referente ao exercício de 2006; -----

(...)

De seguida, passou-se à apreciação e análise da matéria constante da alínea b) da Convocatória, tendo sido dada a palavra ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, Senhor Eng.º José Reis da Silva Ramos, o qual no seguimentos das explicações dadas anteriormente, fez uma extensa exposição sobre os documentos em análise, tendo de seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Senhor Professor Dr. Manuel de Oliveira Marques, procedido à leitura da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, referente a esta alínea, a qual tinha a redacção seguinte: -----

“Nos termos e para os efeitos da alínea a) do nº I do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração tem a honra de propor à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório Consolidado de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício, para que sobre tais documentos tomem as deliberações que nos termos da lei se impõem.” -----

Finda a sua discussão e análise, efectuou-se a votação, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, anunciado que o Relatório Consolidado e demais Contas Consolidadas, onde conta o resultado Consolidado de 14.360.280 €, e os demais documentos consolidados relativos ao exercício de 2006, tinham sido aprovados por unanimidade. -----

(...)
V. N. Gaia, 26 de Abril de 2007

O Secretário da Sociedade da Toyota Caetano Portugal, S.A.
António Carneiro Ribeiro



TOYOTA
CAETANO
PORTUGAL,
S.A.